



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, **REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2021**

-----Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, no Cineteatro Municipal João Mota, em Sesimbra, realizou-se pelas dezanove horas, a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

-----**2. 1.ª Revisão do Orçamento de 2021 e 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2021.** -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, Bertina Pereira João Duarte, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa; -----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves; -----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram dezanove horas e trinta minutos. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, José

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva e Francisco José Pereira Luis. -----

-----A **Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes e justificou em seguida as ausências dos Deputados Fernando Patrício e João Pólvora, por motivos de ordem profissional, que foram substituídos pelos Deputados Álvaro Monteiro e Afonso Pessoa, respetivamente. -----

-----Foi depois colocada à votação a ata da primeira reunião da sessão ordinária de dezembro, realizada no dia 20 de dezembro de 2019, a ata da segunda reunião da sessão ordinária de dezembro realizada no dia 10 de janeiro de 2020 e a ata da sessão extraordinária realizada no dia 02 de maio de 2020, tendo sido as três aprovadas por unanimidade. -----

-----Informou em seguida que era provável que a próxima reunião da Assembleia Municipal se realizasse no final do mês e junho, sendo necessária a programação atempada destas sessões, uma vez que se tratava de uma ocupação das instalações do Cineteatro Municipal e que a mesma seria no dia 18 ou 25 de junho, para a aprovação do Relatório de Contas.-----

-----A Presidente informou ainda que no próximo dia 22 de maio, se realizaria, exatamente nestas mesmas instalações, a Cerimónia de Entrega do Prémio Espichel e que a acompanhar esta Cerimónia, seria também lançado o livro editado pela Assembleia Municipal com o título “Da casa escola ... à casa da democracia - Uma escola do legado Conde de Ferreira”, com um conjunto de textos que pretendiam caracterizar a época nas mais diversas vertentes. -----

-----A última informação prendeu-se com a Assembleia Municipal de Jovens e disse que na 17ª Edição, realizada em 2020, tal como era sabido, não tinha sido possível de concretizar devido ao encerramento das escolas mas que a Edição deste ano seria possível dinamizar algumas das ações, ainda que de uma forma mais ou menos criativa. Assim, na semana de 10 a 14 de maio, realizar-se-ia o “Eleito Por Um Dia”, por videoconferência. Seria ainda feita a eleição da Mesa da AMJ, no dia 26 de maio, também por videoconferência. Para terminar, a AMJ realizar-se-ia no dia 08 de junho. -----

-----A Presidente informou ainda que neste momento, estava a ser feita a transição do antigo *site* para o atual, o que não iria permitir uma boa nem sincronização dificuldades da ligação à Internet, causando quebras consecutivas desta transmissão *on-line*.-----

-----Referiu que havia uma contenção em termos de horários e que a sessão deveria terminar entre as 22.30h e as 22.45h devido ao recolher obrigatório, devendo fazer-se um esforço para cumprir o definido.

-----Foi declarado aberto o **Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)**, tendo sido dada a palavra à **Segunda-secretária da Mesa, Conceição Gonçalves**, que fez a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento**

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, António Joaquim de Almeida Henriques, que se transcreve:

-----“A Assembleia Municipal de Sesimbra lamenta profundamente o falecimento do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, António Joaquim de Almeida Henriques, na sequência de doença COVID 19. Foi com profunda mágoa que no dia 4 de abril tomámos conhecimento da triste notícia que enlutou o Município de Viseu. -----

-----Nesta hora de pesar, de grande consternação e tristeza, apresentamos à sua Família as nossas sentidas condolências e solidariedade. Família que era o seu orgulho e a sua paixão. -----

-----Homem público de excecional valor e visão, com uma intensa e profícua atividade política, que presidiu à Assembleia Municipal de Viseu entre 2002 e 2013, será sempre recordado pela luta contínua que mantinha pela defesa e afirmação de Viseu no contexto regional e nacional, a sua “Cidade Região” que tanto amava. Viseu que nunca esqueceu, nas inúmeras e prestigiantes funções públicas que desempenhou ao serviço de Portugal. -----

-----O Presidente António Almeida Henriques é um exemplo e uma referência enquanto autarca na defesa das suas convicções e dos Superiores Interesses de Viseu. -----

-----Partiu, mas viverá sempre na memória dos Viseenses através da sua obra e do legado que permanecerá sempre connosco. -----

----- (Texto adaptado do Voto de Pesar da Assembleia Municipal de Viseu) -----

-----De seguida, foi cedida a palavra ao **Deputado Afonso Pessoa**, que fez a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Coelho**, que em seguida se transcreve: -----

-----“Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho, nascido a 17 de julho de 1954, em Contenças, Concelho de Mangualde, faleceu subitamente no passado dia 07 de abril de 2021. -----

-----Jorge Coelho viveu a sua infância em Gare, pequena aldeia de Contenças, tendo iniciado o seu percurso académico no Colégio de Santa Maria e São José, em Mangualde. -----

-----Enquanto estudante de Engenharia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, iniciou o seu percurso de militância política antes de 1974. Após o 25 de Abril, foi um dos fundadores da União Democrática Popular. Integrou o Secretariado de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE), que conciliou com os estudos académicos, prosseguidos em Lisboa, na licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. -----

-----Acabaria por se filiar no Partido Socialista em 1982, no qual se manteve até ao dia do seu falecimento. Em 1983 foi nomeado chefe de gabinete do secretário de Estado dos Transportes do IX Governo

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Constitucional. Entre 1988-1989 teve uma experiência executiva em Macau, onde desempenhou a função de chefe de gabinete do secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Sociais, Educação e Juventude de Macau, passando posteriormente para o cargo de secretário Adjunto para a Educação e Administração Pública (1989-1991). -----

-----Após regressar a Portugal, assumiu em 1992 o cargo de Secretário Nacional para a Organização do PS, no qual deu um significativo contributo para a eleição de António Guterres como primeiro-ministro, em 1995. --Assumiu então o cargo de Ministro-adjunto do XIII Governo Constitucional, acumulando a partir de 1997 o cargo de Ministro da Administração Interna. -----

-----Após as eleições legislativas de 1999, nas quais foi o cabeça de lista à Assembleia da República pelo Distrito de Setúbal, assume o cargo de Ministro da Presidência e do Equipamento Social, deixando em 2000 a pasta da Presidência e assumindo a função de Ministro de Estado. -----

-----Em 2001 apresentou a sua demissão do Governo, na sequência da queda da Ponte Hintze Ribeiro, de Entre-os-Rios, ocorrida a 4 de março desse ano e que retirou fatalmente a vida a 59 pessoas. Após a saída do governo continuou a assumir um papel preponderante no PS, coordenando a campanha das eleições legislativas de 2005 e também das eleições autárquicas desse mesmo ano. Em novembro de 2006 renunciou ao mandato de deputado e abandonou todos os cargos partidários para se dedicar à sua atividade profissional no setor privado. -----

-----Mais recentemente, mantendo uma tradição familiar, dedicou-se a um projeto empresarial de produção e comercialização de queijos e, como homem de causas, empenhou-se dedicadamente à promoção e sensibilização para a necessidade de desenvolvimento do interior do país. -----

-----Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 30 de abril de 2021, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Jorge Coelho e transmite a todos os familiares e amigos as suas mais sentidas condolências. -----

-----Dar conhecimento: -----

-----Familiares, Assembleia da República, Camara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias da freguesia do Concelho de Sesimbra, Partido Socialista, Comunicação social local e regional.” -----

*-----Logo após, tomou do uso da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Antunes**, que fez a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento do Padre José Pinto**, que se transcreve:---*

-----“Faleceu no passado dia 22 de Abril, com 91 anos, vítima da COVID 19, o padre José Marques Pinto, o primeiro prior nomeado para exercer o sacerdócio na Quinta do Conde, tendo sido o responsável pela estrutura génese da respetiva Paróquia de 8 de Dezembro de 1977 a 22 de Outubro de 1983. -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----José Afonso Camacho Rodrigues Marques Pinto nasceu em Santos-o-Velho, Lisboa, em 3 de Abril de 1930 e após se licenciar em engenharia civil sentiu que a construção não seria o seu destino, ingressando na ordem dos Jesuítas, tendo sido ordenado padre em 7 de Julho de 1966. -----

-----Convidado recentemente a descrever a experiência que protagonizou na Quinta do Conde, o Padre José Marques recordou que “era tudo muito precário, mas havia muita dedicação e generosidade por parte das pessoas. Aliás, as missas eram celebradas nas instalações de uma garagem e no espaço de um minimercado, o qual, no período à noite, funcionava como cinema. As carências eram muitas. Uma zona praticamente sem infraestruturas. As ruas não possuíam asfalto, o fornecimento de luz e água muito deficiente, mas nas pessoas observei um vincado sentimento religioso. Conclui que seria necessário começar do zero, aproveitando a onda de entusiasmo e a determinação que perpassava entre os paroquianos. Nos primeiros tempos, nem sequer tinha sítio onde dormir. Agora quando vou à Quinta do Conde, faço-o com muita satisfação, sobretudo, por constatar que a localidade está incomparavelmente diferente. Para melhor, claro!” -----

-----As simpáticas recordações que perduram na memória dos quintacondenses mais antigos identificam o “padre engenheiro que se deslocava de motorizada” como uma pessoa muito humilde, dedicada e preocupada com os outros, especialmente os mais necessitados. Confirmam, resumindo, que a Quinta do Conde acaba de perder um amigo. -----

-----Em consequência, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão plenária no dia 30 de Abril de 2021, aprova um voto de pesar pelo falecimento do Padre José Marques Pinto. -----

-----Dar conhecimento: -----

-----D. José Ornelas de Carvalho, Bispo de Setúbal; Diocese de Setúbal; Paróquias de Santiago, Castelo e Quinta do Conde - Nossa Senhora da Esperança, Nossa Senhora da Boa Água e do Pinhal do General.” -

Feita a leitura dos 3 votos de pesar, a AMS **deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo Falecimento do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, António Joaquim de Almeida Henriques, aprovar por unanimidade o Voto de Pesar pelo Falecimento do Dr. Jorge Coelho, e aprovar por unanimidade, o Voto de Pesar pelo Falecimento do Padre José Pinto e ainda o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Afonso Carvalho Mesquita**, pai do Deputado Municipal Pedro Mesquita. --

-----Logo após, foi guardado um minuto de silêncio em memória destes. -----

-----Prosseguindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** apresentou a **Saudação ao 25 de abril e ao 1º de Maio**, cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----

-----“A Revolução de Abril constitui uma referência histórica na vida do povo português e é sobretudo

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

um ato de emancipação social e nacional. -----

-----O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Representou um momento histórico para a sociedade portuguesa e abriu as portas às profundas transformações democráticas, restituindo a liberdade aos portugueses, consagrando direitos e impulsionando mudanças económicas e sociais. -----

-----Após as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976, a ação do Poder Local Democrático projetou-se muito além das suas competências e foi decisiva e impulsionadora das transformações sociais que se fizeram sentir, contribuindo sobremaneira para a melhoria das condições de vida das populações. -----

-----O Poder Local representa até aos dias de hoje uma verdadeira conquista de abril e a autonomia administrativa e financeira tem permitido um efetivo desenvolvimento das nossas comunidades. -----

-----É indiscutível que o Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, estando consagrado na Constituição da República Portuguesa os seus princípios. -----

-----Mas ao longo da nossa história de 47 anos após o 25 de abril, vivemos avanços significativos e fundamentais para todos nós quer na conquista de direitos, quer na melhoria da qualidade de vida das nossas populações, porem é ainda hoje necessário dar continuidade à resolução das diferentes estruturas ligadas ao desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. -----

-----É também o momento de saudar o Serviço Nacional de Saúde no combate ao surto epidémico causado pelo vírus COVID 19, e todos os profissionais, que nele trabalham abnegadamente por esta causa, que ao longo dos diferentes períodos de confinamento, desempenharam cabalmente as suas tarefas junto de toda a população portuguesa, sem, contudo, deixar de salientar o papel coadjuvante que as autarquias desempenharam ao longo destes períodos. -----

-----É também um momento de valorização do 1.º de maio e do que ele representou quer depois da aurora de abril, quer ao longo deste período em que as estruturas sindicais, associações, movimentos de mulheres, idosos e jovens, organizações de vários setores laborais e profissionais, têm representado na dignificação do trabalho e da sociedade portuguesa. -----

-----É também este o momento para a convergência e unidade do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. -----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 30 de abril de 2021, delibera: ---

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----1. Saudar os valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e do Poder Local; - -----

-----2. Saudar a população do concelho de Sesimbra pela sua entrega na construção de um concelho com melhores condições de vida; -----

-----3. Saudar todos os trabalhadores/as que, na ressalva dos seus direitos, contribuem com o seu esforço e abnegação, para uma política que sirva Portugal e o povo português.-----

-----Dar conhecimento: -----

-----Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Representantes dos partidos na Assembleia da República; Associação 25 de Abril; Associação nacional dos Municípios Portugueses; Associação Nacional das freguesias; Área Metropolitana de Lisboa; Associação de Municípios da Região de Setúbal; Câmara Municipal, juntas de Freguesia e assembleias de Freguesia de Sesimbra; Comunicação Local e Regional.” -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade e aclamação**, aprovar a **Saudação ao 25 de abril e ao 1º de Maio**. -----

-----Foi cedida a palavra ao Deputado Sérgio Faias que fez a apresentação do documento seguinte, a **Saudação** com o título “**Início da Empreitada de Construção da Nova Unidade de Saúde de Sesimbra**”, cujo teor se passa a transcrever: -----

-----“O surgimento da pandemia COVID-19, no início de 2020, desencadeou uma crise sanitária sem precedentes, que tem levado à implementação de medidas excecionais para a contenção de contágios e à necessidade de atuar de forma firme e determinada na proteção das pessoas, particularmente das mais vulneráveis. -----

-----Esta alteração da conjuntura, registada a nível mundial, veio reforçar a importância dos serviços de saúde, tendo-se destacado a necessidade de reforçar a capacidade de resposta desses serviços e confirmado que os países em que existe um serviço público de saúde, foram aqueles que melhor tiveram capacidade de resposta à pandemia. -----

-----Face a este contexto, é com enorme relevância que se verifica que a obra da nova Unidade de Saúde de Sesimbra já teve o seu início. Esta nova unidade vai substituir as atuais instalações, no Largo 5 de Outubro e irá permitir dar resposta a cerca de 11.400 utentes inscritos e a potenciais utilizadores sazonais. -----

-----O edifício da Nova Unidade de Saúde de Sesimbra terá uma área de implantação de cerca de 1200 metros quadrados, e será composto por Unidade de Saúde, Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, e Unidade de Cuidados na Comunidade e Unidade de Saúde Pública. -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O investimento está orçado em, aproximadamente, 2,3 milhões de euros, repartidos pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - Ministério da Saúde, que comparticipa até ao limite de 950 mil euros, e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, com cerca de 579 mil euros, ao abrigo de uma candidatura apresentada pela Câmara Municipal ao Portugal 2020. -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra, para além da disponibilização do terreno, teve a responsabilidade pelo desenvolvimento do projeto de arquitetura, devendo também garantir o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos. Para o efeito, prevê investir uma verba que poderá ascender a 815 mil euros, resultante do orçamento municipal.-----

-----Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio saudar o início da construção da Nova Unidade de Saúde de Sesimbra, investimento de importante relevo para o Concelho e de resposta às necessidades da nossa população.-----

-----Da presente Saudação, após aprovada, deverá ser dado conhecimento aos gabinetes do Sr. Primeiro-ministro, Ministro da Saúde, Assembleia da República, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Câmara Municipal de Sesimbra, juntas de freguesia, órgãos de comunicação social local e regional.”-----

-----O Deputado disse que, tal como a maior parte de todos os presentes havia tido conhecimento, a obra já se tinha iniciado e que até havia sido feita uma visita pelo próprio Executivo Municipal e que, uma vez que se estava a falar de um equipamento com uma enorme importância para a população, mesmo do Concelho, apesar de estar mais concentrada, naturalmente, na Freguesia de Santiago e também com alguma influência na Freguesia do Castelo. Disse tratar-se de um equipamento essencial para melhorar muito aquilo que eram as condições de vida da população porque passava a ter uma infraestrutura que permitiria que o acesso à saúde fosse mais facilitado e com melhor qualidade. -----

----- Nesse sentido, e depois de alguns anos de um processo em que, quer o Município, quer a Administração Central tiveram a capacidade de encontrar o entendimento e partilhar algumas das despesas, este início de obra deveria ser saudado e ser deixada uma palavra de esperança para que agora obra corresse bem, fosse célebre e que dentro em breve, todos pudessem usufruir deste equipamento.

-----A **Presidente da AMS** disse ao Deputado saber que tinham sido dados alguns contributos a este documento e perguntou qual a aceitação da bancada do PS relativamente aos mesmos, uma vez que devido a não ter sido recebido nenhum feedback, não tinham sido incluídos no documento.-----

-----O **Deputado Sérgio Faias** disse que tinha havido a oportunidade de ser rececionado um conjunto de propostas ao documento por parte do Grupo Municipal da CDU e que antes do início desta sessão, tinha

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

sido possível reunir a Comissão de Líderes para finalização deste documento e aceitar esse conjunto de alterações que, na prática, vinham refletir aquilo que era reivindicação, quer da Comissão de Utentes, quer de um conjunto de documentos que tinham sido produzidos ao longo do tempo, tanto na Assembleia como na Câmara Municipal, para a concretização desta obra. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e disse que, face às sugestões de alteração por parte da CDU, a bancada iria votar este documento favoravelmente. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse ter-se acabado de votar uma Saudação referente à conclusão de uma obra e que agora se estava a saudar o início de uma empreitada que se esperava ver concluída, da mesma forma que se havia concluído a construção da Ponte-Cais. -----

-----Pensa que tivesse passado despercebido aos colegas deputados uma situação, pois na Saudação anterior, era referido: *“Face ao exposto...”* e seguidamente, desenrolava-se e já nesta Saudação agora para deliberação, era referido: *“Face ao exposto, vem por este meio saudar o início da construção da nova Unidade de Saúde...”*, e questionou o porquê de não se saudar as Entidades intervenientes. Disse que tal acontecia por haver uma Entidade que não interessava relevar tentava-se se passar uma esponja por este documento tinha. Referiu que o PSD havia percebido a situação mas nós era por isso que deixaria de votar favoravelmente e perguntou porque é que não se tinha mantido o mesmo parágrafo da Saudação anterior. Não aconteceu porque na Saudação já votada interessava uma coisa e nesta, já interessava outra porque alguém tinha dado o terreno e iria vai entrar com verba e neste caso, já não interessava identificar. Percebia-se que se estava numa fase a terminar o Mandato e a caminho de Eleições Autárquicas. -----

-----Após as devidas alterações e votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade** aprovar a **Saudação subordinada ao tema “Início da Empreitada de Construção da Nova Unidade de Saúde de Sesimbra”**, que a seguir se transcreve: -----

-----*“O surgimento da pandemia COVID-19, no início de 2020, desencadeou uma crise sanitária sem precedentes, que tem levado à implementação de medidas excecionais para a contenção de contágios e à necessidade de atuar de forma firme e determinada na proteção das pessoas, particularmente das mais vulneráveis.* -----

-----*Esta alteração da conjuntura, registada a nível mundial, veio reforçar a importância dos serviços de saúde, tendo-se destacado a necessidade de reforçar a capacidade de resposta desses serviços e confirmado que os países em que existe um serviço público de saúde, foram aqueles que melhor tiveram capacidade de resposta à pandemia.* -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Fruto do processo reivindicativo de longos anos da população da freguesia de Santiago, da Comissão de utentes e também das autarquias locais; Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia de Santiago para a construção de um novo centro de saúde em Sesimbra. -----

-----É com enorme relevância, perante este contexto de pandemia, que se verifica que a obra da nova Unidade de Saúde de Sesimbra já teve o seu início. Esta nova unidade vai substituir as atuais instalações, no Largo 5 de Outubro e irá permitir dar resposta a cerca de 11.400 utentes inscritos e a potenciais utilizadores sazonais. -----

-----O edifício da Nova Unidade de Saúde de Sesimbra terá uma área de implantação de cerca de 1200 metros quadrados, e será composto por Unidade de Saúde, Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, e Unidade de Cuidados na Comunidade e Unidade de Saúde Pública. -----

-----O investimento está orçado em, aproximadamente, 2,3 milhões de euros, repartidos pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - Ministério da Saúde, que comparticipa até ao limite de 950 mil euros, e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, com cerca de 579 mil euros, ao abrigo de uma candidatura apresentada pela Câmara Municipal ao Portugal 2020. -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra, para além da disponibilização do terreno, teve a responsabilidade pelo desenvolvimento do projeto de arquitetura, devendo também garantir o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos. Para o efeito, prevê investir uma verba que poderá ascender a 843 mil euros, resultante do orçamento municipal. -----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio saudar o início da construção da Nova Unidade de Saúde de Sesimbra, investimento de importante relevo para o Concelho e de resposta às necessidades da nossa população. -----

-----Dar conhecimento aos gabinetes do Sr. Primeiro-ministro, Ministro da Saúde, Assembleia da República, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia, comissão de utentes da saúde do concelho de Sesimbra, órgãos de comunicação social local e regional.” -----

-----Teve início a apreciação da **Saudação** com o título “**Conclusão da Construção da Ponte-Cais n.º 4 no Porto de Pesca de Sesimbra**”, que a seguir se transcreve: -----

-----“O Porto de Sesimbra corresponde a uma infraestrutura que congrega um alargado conjunto de atividades económicas de relevo para o Concelho de Sesimbra, das quais se destacam a atividade da pesca, estaleiros navais, indústria de transformação e comercialização de pescado, náutica de recreio, atividades marítimo-turísticas, entre outras. -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Ao nível da pesca, o Porto de Sesimbra tem-se afirmado, nos últimos anos, como um dos principais portos de pesca nacionais, sendo o primeiro no que se refere à quantidade de pescado transacionado. ---

-----O desenvolvimento deste porto de pesca é potenciado por condições de abrigo que lhe permitem ser operado durante todo o ano, assim como por estar munido de um conjunto de infraestruturas de apoio que respondem às necessidades da frota de pesca nacional. -----

-----No entanto, o crescente número de embarcações de operadores marítimo-turísticos e de náutica de recreio tem potenciado a competitividade com a atividade da pesca pela ocupação do espaço portuário disponível, da qual tem resultado uma convivência nem sempre harmoniosa. -----

-----Assim, no sentido de otimizar a utilização do espaço do Porto de Sesimbra e melhor acomodar as diferentes atividades que aqui são desenvolvidas, foi acordada uma solução entre a autoridade portuária, a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., e a concessionária do Porto de Pesca, a Docapesca – Portos e Lotas, S.A. -----

-----A solução identificada consistiu na construção da ponte-cais n.º 4, com o objetivo de libertar a totalidade do lado nascente da ponte-cais n.º 1 e o lado poente da ponte-cais n.º 2, bem como a área molhada entre elas, para utilização pela náutica de recreio e pelos operadores marítimo-turísticos. Com a libertação dessas pontes-cais, as pontes-cais n.º3 e n.º4 passam a ter uma utilização exclusiva para as embarcações de pesca de maiores dimensões. -----

-----Apesar desta solução estar identificada há já alguns anos, apenas em setembro do ano de 2019 foi possível à APSS lançar o concurso para a construção dessa infraestrutura, no cumprimento das orientações da Sra. Ministra do Mar em exercício na altura, Eng.ª Ana Paula Vitorino. -----

-----A ponte-cais n.º 4, infraestrutura que foi inaugurada no passado dia 28 de abril pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Dr. Hugo Santos Mendes, e pela Sra. Secretária de Estado das Pescas, Dra. Teresa Coelho, correspondeu a um investimento de 3.250.000,00 euros. -----

-----A concretização deste importante investimento para o Concelho de Sesimbra apenas foi possível com o apoio da União Europeia, que cofinanciou a obra em 2.347.500,00€, através do Programa Operacional Mar 2020. -----

-----Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio saudar o Governo pela conclusão da construção da Ponte-Cais n.º 4 no Porto de Pesca de Sesimbra, investimento de importante relevo para o desenvolvimento económico deste Concelho. -----

-----Da presente Saudação, após aprovada, deverá ser dado conhecimento aos gabinetes do Sr. Primeiro-ministro, Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações e Secretária de Estado das Pescas,

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia da República, Câmara Municipal de Sesimbra, juntas de freguesia, Conselho Municipal das Pescas, associações de pescadores e organizações de produtores do Concelho de Sesimbra, órgãos de comunicação social local e regional.” -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e disse que a Saudação hoje apresentada tinha a ver com uma obra que era muito reivindicada pela comunidade piscatória de Sesimbra e que era uma história já com alguns anos de vida com vários protagonistas bem conhecidos da terra e que tinha tido a sua conclusão no dia 28 de abril, com a sua inauguração onde alguns dos presentes haviam tido a possibilidade de estar presentes e que esta infraestrutura iria dar uma grande ajuda naquilo que era a reorganização do espaço disponível no Porto de Sesimbra e ajudar a catapultar aquilo que era a economia do Concelho. -----

-----O Deputado deixou ainda uma ressalva a outros protagonistas que não estavam descritos na Saudação mas que poderia ficar registado em ata os seus contributos e que, desde logo, porque era na altura Presidente da IPSS o nosso conterrâneo e também homem desta casa da Assembleia Municipal, o Engenheiro Carlos Lopes que com o Dr. José Apolinário, na altura, Presidente da Docapesca, haviam estabelecido um Protocolo no qual tinha sido definido que na construção desta Ponte Cais haveria uma separação entre as áreas que eram utilizadas pela pesca e as áreas utilizadas pela náutica de recreio e marítimo-turística e também com alguma insistência para que se encontrasse a solução do Arquiteto Augusto Pólvora que também tinha estado no encontro dessa solução. -----

-----Enunciou ainda outros protagonistas porque esta situação tinha ocorrido em 2014/2015 e que mais tarde, se tinha tornado possível concretizar a obra, deixando a referência à Engenheira Ana Paula Vitorino, Ministra do Mar que, em várias visitas que tinha feito a Sesimbra, se tinha comprometido com essa obra. Referiu que para o financiamento desta obra, deixou também a referência a alguém com fortes ligações ao concelho que era, na altura, Gestora do MAR 2020, a arquiteta Teresa Almeida. Disse ter havido um conjunto de personagens com uma forte ligação à terra e que tinham estado na base desta concretização. Para terminar, o Deputado disse que tinham sido recebidos alguns contributos de outras forças políticas e que tinha havido a oportunidade de conversar e que o PS iria acolher algumas das alterações, ficando esta Saudação com uma nova versão já acordada mas que não tinha chegado atempadamente aos serviços da AMS. --- -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e disse que se se mantivesse a frase “*Saudar a Administração Central*”, e que era uma forma encapuzada de se estar a saudar o Governo, o voto da bancada do PSD seria contra esta Saudação, com a apresentação de

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma Declaração de Voto nesse sentido, uma vez que não estava contra a conclusão da construção da Ponte-Cais nº4, mas sim contra a saudação ao Governo do Partido Socialista, coisa que o PSD nunca poderia fazer.

-----O **Deputado Sérgio Faias** interveio e disse que o documento, tal como estava, espelhava aquilo que era considerado razoável e que estava pronto para ser votado.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Sandra Carvalho** que disse que a bancada da CDU, concordava com a grande parte do teor desta Saudação e com a obra, pela grande importância que a mesma teria no Concelho mas não considerava adequado, uma vez que, tanto a reivindicação da obra como o trabalho desenvolvido antes da sua finalização para que se tornasse uma realidade, não considerava que fosse saudado apenas o Governo e que seria mais adequado e mais justo para a população, que se saudasse a Administração Central. Disse ainda que o sentido de voto da bancada da CDU seria favorável mas com a apresentação de uma Declaração de Voto, em que a única coisa que se pretendia assinalar era que esta obra era de todos os sesimbrenses e era produto da reivindicação, principalmente, da comunidade piscatória e das organizações de produtores.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que a posição do MSU a propósito desta Saudação era um pouco idêntica àquela que tinha sido expressa pelos restantes grupos municipais e que concordava, na plenitude com o teor da mesma mas que fazia todo o sentido que não fosse direcionada para o Governo mas para a estrutura em si e que não faria qualquer mal que a expressão “Governo” fosse substituída por “Administração Central”, para que fosse feita uma votação por unanimidade e que nos termos em que estava apresentada, o sentido de voto do MSU seria a abstenção.-----

-----O **Deputado Sérgio Faias** referiu que mais adiante, haveria um conjunto de documentos em que era usada a palavra “Governo” e se seria substituída por “Administração Central”.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria, com 19 votos a favor (11 CDU + 7 PS + 1 BE), 2 votos contra do PSD e 3 abstenções (2 MSU + 1 CDU)** aprovar a Saudação “**Conclusão da Construção da Ponte-Cais n.º 4 no Porto de Pesca de Sesimbra**”, cujo conteúdo a seguir se transcreve: -

-----“O Porto de Sesimbra corresponde a uma infraestrutura que congrega um alargado conjunto de atividades económicas de relevo para o Concelho de Sesimbra, das quais se destacam a atividade da pesca, estaleiros navais, indústria de transformação e comercialização de pescado, náutica de recreio, atividades marítimo-turísticas, entre outras.-----

-----Ao nível da pesca, o Porto de Sesimbra tem-se afirmado, nos últimos anos, como um dos principais portos de pesca nacionais, sendo o primeiro no que se refere à quantidade de pescado transacionado. ---

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O desenvolvimento deste porto de pesca é potenciado por condições de abrigo que lhe permitem ser operado durante todo o ano, assim como por estar munido de um conjunto de infraestruturas de apoio que respondem às necessidades da frota de pesca nacional. -----

-----No entanto, o crescente número de embarcações de operadores marítimo-turísticos e de náutica de recreio tem potenciado a competitividade com a atividade da pesca pela ocupação do espaço portuário disponível, da qual tem resultado uma convivência nem sempre harmoniosa. -----

-----Assim, no sentido de otimizar a utilização do espaço do Porto de Sesimbra e melhor acomodar as diferentes atividades que aqui são desenvolvidas, foi acordada uma solução entre a autoridade portuária, a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., e a concessionária do Porto de Pesca, a Docapesca – Portos e Lotas, S.A. -----

-----A solução identificada consistiu na construção da ponte-cais n.º 4, com o objetivo de libertar a totalidade do lado nascente da ponte-cais n.º 1 e o lado poente da ponte-cais n.º 2, bem como a área molhada entre elas, para utilização pela náutica de recreio e pelos operadores marítimo-turísticos. Com a libertação dessas pontes-cais, as pontes-cais n.º 3 e n.º 4 passam a ter uma utilização exclusiva para as embarcações de pesca de maiores dimensões. -----

-----Este equipamento que a partir de hoje será otimizado pela comunidade piscatória, que viu agora concluída uma obra que em muito vai contribuir para a sua atividade, fruto de uma reivindicação justa e clara que de há muito envolveu pescadores e diferentes organizações representantes do setor bem como o Conselho Municipal das Pescas de Sesimbra e seus representantes. -----

-----Apesar desta solução estar identificada há já alguns anos, apenas em setembro do ano de 2019 foi possível à APSS lançar o concurso para a construção dessa infraestrutura, no cumprimento das orientações da Sra. Ministra do Mar em exercício na altura, Eng.ª Ana Paula Vitorino. -----

-----A ponte-cais n.º 4, infraestrutura que foi inaugurada no passado dia 28 de abril pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Dr. Hugo Santos Mendes, e pela Sra. Secretária de Estado das Pescas, Dra. Teresa Coelho, correspondeu a um investimento de 3.250.000,00 euros. -----

-----A concretização deste importante investimento para o Concelho de Sesimbra apenas foi possível com o apoio da União Europeia, que cofinanciou a obra em 2.347.500,00€, através do Programa Operacional Mar 2020. -----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio saudar o Governo pela conclusão da construção da Ponte-Cais n.º 4 no Porto de Pesca de Sesimbra, investimento de importante relevo para o desenvolvimento económico deste Concelho. -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Saúda também o empenho e a determinação dos pescadores e diferentes organizações representantes do setor, bem como o Conselho Municipal das Pescas de Sesimbra e seus representantes.

-----Dar conhecimento aos gabinetes do Sr. Primeiro-ministro, Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações e Secretária de Estado das Pescas, Assembleia da República, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia, Conselho Municipal das Pescas, associações de pescadores e organizações de produtores do Concelho de Sesimbra, órgãos de comunicação social local e regional.”---

-----O Grupo Municipal da CDU apresentou Declaração de Voto que, apesar de solicitada, não foi remetida aos Serviços da Assembleia Municipal. -----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A construção da ponte-cais número 4 do porto de pesca de sesimbra é a concretização do Plano de Ordenamento do Porto de Sesimbra iniciado em 2007. -----

-----Esta candidatura apresentada pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), no âmbito do “Programa MAR 2020” e permitirá compatibilizar a atividade piscatória, a náutica de recreio e outras atividades económicas que se desenvolvem no Porto de Sesimbra.-----

-----Este projeto, constituirá uma beneficiação das condições de abrigo e segurança das embarcações de pesca que operam neste porto, procedendo à proteção da zona de estacionamento das embarcações, face às condições de agitação marítima.-----

-----A Ponte Cais nº4 abrange uma área de implantação de 900m2 e estará equipada com escadas, argolões, cabeços de amarração, defensas, tomadas de água e iluminação pública. -----

-----A obra representa um investimento de 3.250.000,00€, co-financiado em 2.347.500,00€ pela União Europeia no âmbito do Programa Operacional Mar 2020. -----

-----Sobre esta Saudação apresentada pela bancada do PS, os eleitos do PSD na assembleia municipal, não estão contra a construção da Ponte cais nº 4, mas não concorda com a saudação manifestada à administração central, pois o Porto de sesimbra é um dos portos mais importantes para a pesca, tanto no volume de pescado como no valor deste, sendo um dos principais clientes a área metropolitana de lisboa e a autarquia desde à algum tempo manifesta ao governo a melhoria dos acessos, nomeadamente com a construção de uma variante, prevista há mais de duas décadas. -----

-----Lembramos mais uma vez que o Porto de Sesimbra tem recebido fortes investimentos, tanto públicos como privados, para a sua modernização, de que é exemplo o Cais 4 e no entanto os acessos continuam completamente esquecidos. -----

-----**Assim, a bancada do PSD vota contra esta saudação.**” -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Grupo Municipal do MSU prestou Declaração de Voto, dizendo que seria o sentido da intervenção hoje feita e reforçou a ideia de que a construção de qualquer obra tinha sempre vários intervenientes e que neste caso, estava-se a saudar uma construção e não uma Entidade em si e por esse motivo, o sentido de voto do MSU ter sido a abstenção. -----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse que o voto contra do PSD não significava que estivesse contra a construção mas porque não reconhecia que se tivesse de saudar o Governo do PS. ---

-----Teve início o ponto documento seguinte do PAOD, uma **Moção** enviada pelo Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal -CHS (Hospital de S. Bernardo e Hospital Ortopédico do Outão),e outros Responsáveis do CHS, Moção esta também enviada a vários órgãos autárquicos e que certamente teria causado alguma estranheza a muitos dos presentes e que estava estruturalmente bem organizada em termos daquilo que eram as carências e os alertas colocados no documento. Acrescentou que a 13 de julho do ano passado, tinha sido solicitada uma reunião à Assembleia Municipal, na qual havia estado presente a Mesa da AMS, o Coordenador da Comissão Sociocultural, bem como o Diretor do Serviço de Infeciologia do Hospital S. Bernardo, Dr. José Poças, o Diretor do Departamento de Cirurgia Geral do Hospital S. Bernardo (HSB), Dr. Luis Cortez e o Cirurgião e representante do Diretor de Serviços do Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão (HOSO), Dr. Virgílio Severino, que já desde essa altura, vinham manifestando apreensão quanto áquilo que eram as suas preocupações no que dizia respeito às condições e à possível transferência de valências neste Hospital. Disse ter sido dado conta da surpresa da Mesa da AMS nesta manifestação de alerta para uma Assembleia Municipal, prometendo visitar as instalações, situação que ainda não tinha acontecido devido à impossibilidade de se deslocarem mas hoje, era proposto nesta Moção, que a Assembleia Municipal manifestasse a sua solidariedade ao seu teor, subscrevendo-a, se assim fosse o sentido de voto de todos. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, subscrever a Moção do Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal -CHS (Hospital de S. Bernardo e Hospital Ortopédico do Outão),e outros Responsáveis do CHS, aprovada em 12 de abril de 2021**, cujo teor se passa a transcrever:

-----“O Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal (Hospital de São Bernardo e Hospital Ortopédico do Outão) alargado a Responsáveis de Unidades Médicas, Coordenadores de Comissões, Chefes de Equipa de Urgência e outros Responsáveis de Setores Clínicos do CHS, reuniu em Assembleia Geral no dia 8 de abril de 2021 pelas 20.45 no Anfiteatro do Instituto Politécnico de Setúbal tendo deliberado transmitir a diversas entidades competentes o que aprovaram por unanimidade: -----

-----1. Com base na vasta área de influência e na diferenciação adquirida, exigem a requalificação do

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

CHS ao nível seguinte de diferenciação (Grupo C para Grupo D), lembrando que a classificação prévia emanada da portaria 82/ 2014 de 10 de abril foi revogada pela portaria n.º 147/2016 de 19 de maio 2016, tendo então sido reiterado, pela Tutela, o compromisso de uma nova atualização, o que não aconteceu até hoje; ---2. Obter garantia de que as verbas atribuídas para a ampliação do CHS, inscritas no Orçamento aprovado em Assembleia da República para o corrente ano de 2021, vão finalmente ser aplicadas e que não estão dependentes da alienação das instalações onde se situa o Hospital Ortopédico do Outão; -----

-----3. Pretendem ser informados de qual a última versão do Plano do novo edifício projetado. Entendem, pois, que devem ser chamados de novo a colaborar na apreciação do mesmo, exigindo que ele seja também acompanhado por um plano funcional paralelo que permita a reabilitação coerente dos edifícios mais antigos, designadamente dos espaços que se prevê ficarem vagos; -----

-----4. O CHS tem espaços próprios que não podem ser alienados nem condensados de forma reducionista ou liquidatária, numa clara subversão do espírito do SNS. Os serviços instalados no Hospital do Outão (Ortopedia, Cirurgia Plástica, Fisiatria, Medicina Interna e Imagiologia) não se podem transferir liminarmente para o novo edifício a construir, sem garantir previamente que o seu movimento assistencial e a qualidade do seu desempenho sejam salvaguardados (nº de camas e de salas operatórias, nº de gabinetes de consulta, capacidade de reabilitação funcional dos doentes operados) e, em simultâneo, que tal não venha a redundar em prejuízo do funcionamento dos restantes serviços já existentes no Hospital de S. Bernardo;-----

-----5. Insistem que o novo edifício a ser construído salvguarde os circuitos adequados para a correta separação de doentes em tempos de pandemia (desta, ou de outra que venha a ocorrer) e consiga ter a volumetria necessária que permita vir a corresponder a uma nova ampliação, dado que não existe mais nenhuma área com capacidade construtiva no interior do perímetro geográfico onde se situa; -----

-----6. A capacidade instalada, em meios tecnológicos, não é compatível com o adequado tratamento da população que serve, sendo isso sobretudo patente ao nível dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica: Patologia Clínica e Microbiologia Clínica, Biologia Molecular, Imuno-Hemoterapia e Imagiologia. Somam-se a estas insuficiências a degradação e a precaridade das instalações ao nível das áreas vocacionadas para o Ambulatório, designadamente da grande maioria dos Hospitais de Dia das diversas especialidades; -----

-----7. A insuficiência do internamento, associada à precaridade de instalações e à exiguidade de recursos humanos, agravada pela pandemia COVID-19, veio expor de forma notória as fragilidades estruturais e funcionais do CHS, nomeadamente ao nível do atendimento do doente Urgente e Emergente

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

(Urgências Geral, Pediátrica e Obstétrica, Cuidados Intensivos e Cuidados Especiais Neonatais- UCEN); ---

-----8. Finalmente, chamam a atenção para a necessidade premente de serem criadas as condições de atratividade suficientes que permitam fixar as novas gerações de médicos aqui formados ou que se queiram juntar a este projeto hospitalar. A progressiva precarização dos seus quadros que abrange a grande maioria dos Serviços, irá, a muito curto prazo, conduzir à total inviabilização do CHS como Hospital da Cidade Capital de Distrito, tal como os signatários têm vindo reiteradamente a expor superiormente;-----

-----9. Pelas razões evocadas, este Conselho Clínico declina completamente quaisquer responsabilidades que alegadamente lhe possam vir a ser imputadas, pela não concretização das candentes obras de ampliação e de reabilitação, pois a sua ação pauta-se por uma atitude interventiva e responsável de natureza cívica de que não pretende abdicar.”-----

*-----Passando ao documento seguinte do PAOD, foi cedida a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Antunes, para apresentar a **Moção com o título “Pela Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde”**, que manifestou o desencanto por não estar a defender uma Saudação mas uma Moção, o que para um Quintacondense não era estranho, cujo teor se passa a transcrever:-----*

-----“A Constituição da República Portuguesa no Artigo 64 refere que todos têm direito à proteção da saúde e que este deve ser realizado através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral, tendencialmente gratuito. -----

-----Neste mesmo artigo no ponto 3 explicita que incumbe ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação e também garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde. -----

-----Para exigir o cumprimento deste direito à saúde, a população esteve presente no passado dia 9 de Abril de 2021, junto ao antigo Centro de Saúde da Quinta do Conde, na Av. Cova dos Vidros, reivindicando a construção urgente da nova Unidade de Saúde nesta freguesia.-----

-----Existe uma candidatura aprovada ao PORLisboa 2020, para a construção desta nova Unidade de Saúde, de mais de 1 milhão de euros comparticipados a 50%, e a demora no lançamento do procedimento, põe em risco o recebimento dos fundos comunitários. Este projeto está previsto para a zona do antigo Centro de Saúde e a Câmara Municipal de Sesimbra cedeu 6 lotes para a sua construção e está disponível para trabalhar em parceria com o Governo na concretização deste essencial investimento.-----

-----É urgente garantir o acesso de todos à saúde na Quinta do Conde onde mais de 15000 utentes não

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

têm médico de família; -----

-----As Urgências dos Hospitais S. Bernardo e Garcia de Orta estão sempre a colapsar e é necessário um Serviço de Atendimento Permanente das 20 às 8h na Quinta do Conde; -----

-----A reivindicação da população por um centro de saúde tem muitos anos e quando o atual Centro de Saúde foi inaugurado, o próprio Diretor assumiu que as instalações já eram insuficientes para satisfazer as necessidades da população da Quinta do Conde;-----

-----Os vários Governos têm usado desculpas e entraves à construção do Novo Centro de Saúde na Quinta do Conde. A população, Comissão de Utentes e Autarquias estão fartas de promessas e querem garantias e medidas concretas para acelerar a construção da nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde.

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 30 de Abril de 2021 delibera:-----

-----Exigir ao governo o início da construção da nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde.-----

-----Dar conhecimento: -----

-----Presidente da República; Primeiro-Ministro; Ministra da Saúde; Grupos Parlamentares; ACES Arrábida; Comunicação Social Local e Regional e Nacional; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho.”-----

----- O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde disse ainda que a 23 de julho de 2012, no dia da inauguração daquele Centro de Saúde, perante aquele que, na altura, era o Secretário de Estado, Fernando Leal da Costa, o Dr. Armando Brito de Sá havia dito que não fossem alimentadas expectativas porque aquele edifício não chegaria para a população da Quinta do Conde. Desde esse momento para cá, as dificuldades tinham-se agravado e era neste sentido que se dirigia esta Moção ao Governo, pois era quem tinha a responsabilidade e obrigação da construção destes equipamentos. Apelou ainda que a Assembleia votasse esta Moção favoravelmente e por unanimidade. -----

*----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias**, que disse que a bancada do PS também teria todo o gosto em estar a aprovar uma Saudação pelo início ou conclusão da construção do Centro de Saúde da Quinta do Conde mas, o certo era que, apesar da construção do existente ter sido insuficiente, continuava a dever-se a um Governo do PS e apesar de todas as críticas que tinha ouvido em relação ao Secretário de Estado, na altura, que depois fez parte do Governo do PSD, era certo que durante o seu período de vigência, não tinha sido vista qualquer obra na Quinta do Conde. Referiu que o PS estava solidário com a população da Quinta do Conde sobre esta necessidade e que daquilo que estivesse ao seu alcance, tudo iria fazer para que esta obra pudesse ser uma realidade que se pudesse concretizar e que um dia, a Assembleia Municipal estivesse a votar uma Saudação pela nova obra do Centro de Saúde da Quinta do Conde. -----*

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que se deveria estar a apresentar uma Saudação mas o certo era que se estava a votar uma Moção. Disse comungar das palavras do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde mas também não era menos verdade, e porque de vez em quando, a memória falhava um bocado, lembrou que o Deputado Sérgio Faias havia dito uma coisa que era verdade e que o PSD enquanto Governo não tinha feito uma obra na Quinta do Conde mas que se tinha esquecido de dizer que quem tinha concluído e inaugurado a obra, havia sido um Governo do PSD em 2012. Disse ainda que quando o PSD chegara ao Governo, tivera uma missão ao ter retirado o País da bancarrota.

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade** aprovar a **Moção com o título “Pela Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde”**. -----

-----Prosseguindo os trabalhos, foi cedida a palavra ao Deputado Rui João Rodrigues, que apresentou a **Moção com o título “Exigir a Construção da Nova Escola Secundária da Quinta do Conde”**, que se transcreve:-----

-----“A Constituição da República Portuguesa no Artigo 73º refere que “Todos têm direito à educação e cultura”, bem como, as responsabilidades e deveres do Estado para com os cidadãos no que concerne à promoção e democratização da educação “realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática” de todos e para todos os cidadãos. Também o direito ao ensino público de qualidade é um garante da constituição contemplando no artigo 74º e 75º em que“ (...) Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”, também a construção de escolas do segundo, terceiro ciclo e ensino secundário é da responsabilidade do Governo, isto é, “Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino (...) ” e “ O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”. -----

-----Este imperativo constitucional, reivindicado pela população, pais, alunos e professores tem sido negado aos quinta condenses por parte dos sucessivos Governos, que, desde há muitos anos, lutam pela construção da nova Escola Secundária na Quinta Conde, que sirva os alunos não só da Quinta do Conde, bem como do Concelho de Sesimbra evitando deslocações destes para outros concelhos para poderem estudar. -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra faz o que lhe compete nos graus de ensino da sua



Assembleia Municipal de Sesimbra

responsabilidade e inscreveu a necessidade da Escola Secundária na Carta Educativa que o Governo aprovou em 2007.-----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra cedeu há mais de dez anos o terreno para a construção da Escola Secundária, junto à Quinta do Perú.-----

-----Em 2016 a Assembleia da República aprovou sem qualquer voto contra uma recomendação ao Governo do Partido Socialista para que construa a Escola Secundária. Desde então o Governo tem usado muitos argumentos - e todos eles falaciosos – para não construir a Escola Secundária, incluindo a promessa de obras de ampliação e remodelação – que são absolutamente necessárias - na Escola Michel Giacometti, mas sem avançar, um milímetro que fosse, no sentido da sua concretização.-----

-----Não podemos continuar a aceitar passivamente esta desconsideração e este desprezo, por parte do Governo do PS pelos quinta condenses designadamente as famílias, os alunos, os professores e toda a comunidade educativa!-----

-----Não podemos comprometer mais o futuro dos nossos jovens.-----

-----As autarquias CDU do concelho, Câmara, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia da Quinta do Conde têm acompanhado as famílias, e a comunidade educativa, alunos, professores e pais, nesta justa exigência.-----

-----Para pugnar pelo cumprimento deste direito à educação e ao ensino público e de qualidade à população, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 30 de Abril de 2021 delibera:-----

-----1. Exigir a imediata construção da NOVA ESCOLA SECUNDÁRIA NA QUINTA DO CONDE;-----

-----2. Exigir a imediata concretização das obras de ampliação e remodelação absolutamente necessárias na Escola Michel Giacometti.-----

-----Dar Conhecimento: Presidente da República; Primeiro-Ministro; Ministro da Educação; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comunicação Social local, Regional, Nacional; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho e Agrupamentos de Escolas do Concelho”-----

*-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva**, que disse que o PSD estaria à vontade com este tema porque mesmo quando o PSD tinha sido Governo, a bancada municipal do seu partido havia exigido, na Assembleia Municipal, a construção desta Escola sem ter voltado as costas à população e que o voto do PSD seria favorável.*-----

*-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que disse que o Grupo Municipal do PS estava a favor de uma nova escola para a Quinta do Conde e reconhecia as necessidades daquela comunidade e que apesar de se*

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tentar, muitas vezes, colar o PS a uma posição que não tinha sido exatamente aquela que tivera, era certo que o PS tudo iria fazer para pudesse haver uma Escola Secundária na Quinta do Conde. No entanto, o PS não poderia ser complacente nem aceitar o tipo de linguagem presente nesta Moção, considerando que a mesma tinha um nível de linguagem que não se compadecia com o tipo e qualidade de documentos que era costume ter-se na Assembleia Municipal e por isso, considerava que, estando o PS de acordo com a construção desta escola, o documento não poderia ser favoravelmente votado, indo a sua bancada abster-se aquando da votação, pela linguagem contida no documento. Disse ainda que, infelizmente, era sabido o porquê de ainda não ter sido feita esta Escola Secundária porque houvera um conjunto de municípios em redor que tudo tinham feito para que o concelho de Sesimbra não tivesse este equipamento para garantir a viabilidade de outras escolas já existentes nos seus concelhos. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e disse que sentir-se incomodado com este tipo de linguagem, primeiro porque era desnecessária e custava a acreditar que alguém no Governo, qualquer que fosse a sua força política, tivesse desconsideração e desprezo por qualquer parte da população deste País, das mesma forma que nunca lhe tivesse passado pela cabeça que qualquer Autarquia CDU do Concelho, tanto o Executivo atual como qualquer um dos já passados, tivesse desconsideração e desprezo pelo facto de não ter pavimentado uma estrada num local e tê-lo feito noutro, ter tratado dos resíduos convenientemente num sítio e ter tratado noutros.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que o MSU, à semelhança daquilo que sempre tinha defendido, não se identificava com um tipo de linguagem mais agressiva que por vezes era utilizada nos documentos que eram presentes à apreciação dos Deputados municipais e este não era uma exceção. Disse que o MSU não se revia neste tipo de linguagem e que aquilo que estaria em causa merecia um documento que fosse dispensado de algumas expressões que considerava menos adequadas. Por outro lado, e por uma questão de coerência com aquilo que tinha referido anteriormente em relação a uma das Saudações, disse não ser adequado dizer-se que as Autarquias CDU do Concelho haviam acompanhado as famílias, comunidade educativa, alunos, professores e pais nesta justa exigência e que se deveria retirar a expressão “*Autarquias CDU do Concelho*” porque não se estava a saudar o trabalho de uma força política, tal como na Saudação não se estava a saudar o Governo e o critério a ter em consideração deveria ser o mesmo. O Deputado disse ainda que o sentido de voto do MSU seria o da abstenção, apesar de estar perfeitamente de acordo, em termos de substância e objetivos pretendidos com este documento. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que cumprimentou todos os presentes que disse

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que a “agressividade” presente no documento não aparecia por acaso porque, os Deputados certamente estariam esquecidos, mas, a CDU já tinha apresentado, nesta Assembleia, cinco Moções sobre este assunto, o PSD tinha apresentado duas Moções e o PS não tinha apresentado nenhuma e esse era o motivo pelo qual a CDU era agressiva. Acrescentou ainda que o PS não cumpria na Quinta do Conde e que este documento se manteria exatamente como estava transcrito e que não seria alterada nem uma vírgula, a não ser, eventualmente, o proposto pelo Deputado Miguel Ribeiro.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Pedro Mesquita** que cumprimentou todos os presentes e agradeceu a atenção e disponibilidade pelo Voto de Pesar pelo falecimento do seu pai. Em seguida, perguntou ao Deputado João Valente quais as obras que conhecia na Quinta do Conde que tivessem sido construídas pelo PS e que era capaz de se lembrar de algumas, pois vinha dizer que o Partido Socialista não cumpria e estava a ser falacioso naquilo que dizia, pois no Mandato de Amadeu Penim, havia algumas escolas construídas, a renovação do Mercado Municipal, o asfalto, o saneamento básico, e ainda uma série de equipamentos e infraestruturas. Disse ser lamentável que se ouvisse determinadas palavras que não eram corretas nem justas e era um desdém dizer que o PS não cumpria mas era perceptível o porquê, porque se estava a três meses de eleições e era normal que se comesse a ter estes comportamentos. -----

-----Interveio o **Deputado João Valente** que disse estar a referir-se de obras do Governo, pois tinha-se estado a falar dos órgãos da Administração Central e que o Deputado Pedro Mesquita estava a misturar assuntos ao falar da Autarquia e que o documento em discussão dizia: “*Exigir a construção da nova Escola Secundária*” e não exigia outras questões. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que sugeriu à bancada da CDU que retirasse “*As autarquias CDU do concelho...*” e comesse a frase por “*A Câmara, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia da Quinta do Conde...*”. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que o Deputado João Valente havia dito que o PS não cumpria e que essa afirmação constava da gravação da sessão de hoje e que se poderia ouvir o que estava gravado. -----

-----Interveio o Deputado **Rui João Rodrigues** que disse que quando se falara do PS, estava-se a discutir um documento que era da responsabilidade do Governo porque, talvez daqui por um ano e meio, se estivesse a ver alguém nesta Assembleia Municipal a exigir a construção da nova Escola Secundária da Quinta do Conde à Câmara Municipal de Sesimbra porque hoje, ninguém tinha coragem de exigir ao Governo mas a CDU tinha essa coragem. Falava-se também do estado depauperado em que se encontravam as escolas do 2º e 3º Ciclo e Secundário o Concelho de Sesimbra, a começar na Escola Michel

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Giacometti na Quinta do Conde e a terminar na Escola Secundária de Sampaio. -----

-----Relativamente à proposta do PSD e MSU em retirar a frase “*Autarquias CDU*”, o Deputado disse que a proposta seria aceite e ficaria “*Autarquias do Concelho de Sesimbra*”.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e disse que nos próximos tempos, se iria ver quantas vezes iria surgir a palavra de que a CDU não cumpria. -----

-----Em seguida, e porque tinha sido feita uma comparação entre obras que eram da responsabilidade da Administração Central e aquilo que eram intervenções da Administração Local, disse que num Plano de gestão financeira e prioridades, essa questão tinha de ser identificada e colocada do ponto de vista daquilo que era uma rigorosa gestão, face áquilo que eram as verbas disponíveis. A diferença substancial era que este Princípio de subsidiariedade existente da Autarquia de Sesimbra para com o Governo para a concretização das intervenções da sua responsabilidade, não existia no sentido inverso e, mesmo reconhecendo que muitas das intervenções que gostaria de ter executado, não seriam possíveis de concretizar, pelo menos no tempo desejado mas que quando se colocava a questão da pavimentação, não podia deixar de referir que também tinham de ser feitas prioridades e muitas das que se tinha feito, principalmente neste Mandato, que impediam que o município concretizasse até intervenções de manutenção que eram da sua responsabilidade, muito tinha a ver com este Princípio que se tinha tido para com as obras que eram da responsabilidade da Administração Central. Disse ainda que no horizonte destes 4 anos, entre 1 a 2 milhões de euros, já iam para intervenções da responsabilidade da Administração Central e não se estava a falar apenas dos grandes investimentos, como as intervenções nas vias de comunicação na EN378 e EN379 e na Rotunda do Parque Augusto Pólvora não deveriam ser executadas pelo município, que se tinha substituído, na íntegra, áquilo que era a responsabilidade da Administração Central. -----

-----O Presidente disse que não poderia deixar de referir que, com muita pena da Autarquia, não tinha sentido, na atual Secretária de Estado, a mesma abertura para negociar com o município de Sesimbra para o ensino secundário da Quinta do Conde e que se estava desde o dia 5 de janeiro a aguardar uma reunião pedida com caráter de urgência sobre duas situações em concreto: a Portaria da Extensão de Encargos da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, que unilateralmente e sem aviso prévio, tinha sido considerada num montante inferior áquilo que estava inicialmente previsto no acordo e teria de se arranjar uma solução relativamente áquilo que era o acordo de Colaboração e a Portaria da Extensão de Encargos. Recordou que, se neste momento, não fosse a obra estar suspensa por uma decisão do município, de resolução do contrato com a empresa que estava com a empreitada em curso, nesta fase, já estaria a ser lançado um

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Procedimento, se não estivesse já em curso, para a 2ª fase, situação que agora ficaria pendente, também, da decisão do Governo. A segunda situação, tinha sido referenciada no mesmo pedido de reunião, na sequência daquilo que as suas duas antecessoras haviam negociado e ponderado com o município como uma solução intermédia e mais imediata e que o município, mais uma vez, tinha manifestado a sua disponibilidade para poder efetuar exatamente a mesma parceria que tinha feito para a Escola Navegador Rodrigues Soromenho para a Escola da Quinta do Conde, e que a resposta neste momento, desde esse dia, era zero. Disse haver uma ausência, sobretudo de algum sentido de responsabilidade, até olhando para aquilo que tinha sido a prática do município nesta parceria com a Administração Central para resolver problemas que eram da sua responsabilidade, achava ser uma desconsideração imensa, tal como havia dito, na altura, à Secretária de Estado aquando se apercebera, no âmbito de uma reunião com a Vice-presidente relativamente à Portaria de Extensão de Encargos anunciada. -----

-----Para concluir a sua intervenção, disse que não iria discutir se concordava ou discordava do tipo de linguagem utilizado e referiu que se chegasse alguma proposta de alteração à bancada proponente, provavelmente, a bancada ponderaria alterar essa linguagem.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que disse que a comparação feita com as pavimentações, havia sido no sentido de comparar aquilo que se pudesse pensar que era a atitude de uma Autarquia perante parte da sua população de não pavimentar uma rua num sítio e fazê-lo noutra porque desconsiderava e desprezava as pessoas de um local e não de outro. Em relação à questão das prioridades e dos Fundos, disse que era compreensível e aceitável, como também era aceitável o sentimento que o Presidente da CMS havia deixado agora sobre o facto de a Secretária de Estado nem sequer responder. Disse que o implícito nesta intervenção seria alterar a linguagem e que se houvesse alguma vontade em fazê-lo, seria esse o sentido da intervenção do PS mas já tinha ficado claro, por parte da bancada da CDU, que não seria feita nenhuma alteração na linguagem. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria com 15 votos a favor (12 CDU + 2 PSD + 1 BE) e 9 abstenções (7 PS + 2 MSU)** aprovar a **Moção com o título “Exigir a Construção da Nova Escola Secundária da Quinta do Conde”**, tendo ficado com a seguinte redação:-----

-----*“A Constituição da República Portuguesa no Artigo 73º refere que “Todos têm direito à educação e cultura”, bem como, as responsabilidades e deveres do Estado para com os cidadãos no que concerne à promoção e democratização da educação “realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de*

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática” de todos e para todos os cidadãos. Também o direito ao ensino público de qualidade é um garante da constituição contemplando no artigo 74º e 75º em que “ (...) Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”, também a construção de escolas do segundo, terceiro ciclo e ensino secundário é da responsabilidade do Governo, isto é, “Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino (...) ” e “ O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”. -----

-----Este imperativo constitucional, reivindicado pela população, pais, alunos e professores tem sido negado aos quinta condenses por parte dos sucessivos Governos, que, desde há muitos anos, lutam pela construção da nova Escola Secundária na Quinta Conde, que sirva os alunos não só da Quinta do Conde, bem como do Concelho de Sesimbra evitando deslocações destes para outros concelhos para poderem estudar. -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra faz o que lhe compete nos graus de ensino da sua responsabilidade e inscreveu a necessidade da Escola Secundária na Carta Educativa que o Governo aprovou em 2007. -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra cedeu há mais de dez anos o terreno para a construção da Escola Secundária, junto à Quinta do Perú. -----

-----Em 2016 a Assembleia da República aprovou sem qualquer voto contra uma recomendação ao Governo do Partido Socialista para que construa a Escola Secundária. Desde então o Governo tem usado muitos argumentos - e todos eles falaciosos – para não construir a Escola Secundária, incluindo a promessa de obras de ampliação e remodelação – que são absolutamente necessárias - na Escola Michel Giacometti, mas sem avançar, um milímetro que fosse, no sentido da sua concretização. -----

-----Não podemos continuar a aceitar passivamente esta desconsideração e este desprezo, por parte do Governo do PS pelos quinta condenses designadamente as famílias, os alunos, os professores e toda a comunidade educativa! -----

-----Não podemos comprometer mais o futuro dos nossos jovens. -----

-----As autarquias do concelho de Sesimbra, Câmara, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia da Quinta do Conde têm acompanhado as famílias, e a comunidade educativa, alunos, professores e pais, nesta justa exigência. -----

-----Para pugnar pelo cumprimento deste direito à educação e ao ensino público e de qualidade à população, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 30 de Abril de 2021 delibera: -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----1. Exigir a imediata construção da NOVA ESCOLA SECUNDÁRIA NA QUINTA DO CONDE; -----

-----2. Exigir a imediata concretização das obras de ampliação e remodelação absolutamente necessárias na Escola Michel Giacometti.-----

-----Dar Conhecimento:-----

-----Presidente da República; Primeiro-Ministro; Ministro da Educação; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comunicação Social local, Regional, Nacional; Câmara Municipal de Sesimbra Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Agrupamentos de Escolas do Concelho.”-----

-----Em seguida, teve início a apresentação do documento seguinte, sob proposta do Grupo Municipal do PSD, a **Moção com o título “Para Quando a Construção da Escola Secundária da Quinta do Conde?”**:

-----“A Freguesia da Quinta do Conde inserida no concelho de Sesimbra, continua a ter um crescimento populacional muito destacado.-----

-----No entanto a rede escolar nesta freguesia, não foi nem é acompanhada pela construção de equipamentos para responder às necessidades desta população estudantil, nomeadamente ao nível do secundário.-----

-----Na Quinta do Conde, a única escola do Secundário é a Michel Giacometti, que unicamente dispõe de capacidade de resposta até ao ensino secundário para cerca de 400 estudantes deste nível de ensino. Estas instalações foram concebidas para 600 alunos e neste momento ultrapassa os 1200.-----

-----Mais se ressalva que esta escola, necessita de uma intervenção profunda ao nível de conservação e que são da responsabilidade do Ministério da Educação. -----

-----O Município de Sesimbra disponibilizou em tempos um espaço para a construção da Escola Secundária e está disponível para analisar um entendimento com o Ministério da Educação. -----

-----Em 28 de março de 2016 saiu em diário da república a resolução nº 52/2016 que recomenda ao governo dar prioridade à construção de uma escola secundária na Quinta do Perú na Freguesia da Quinta do Conde, que no cumprimento das disposições constitucionais deva garantir o direito a uma educação de qualidade para todos os níveis de ensino e dos compromissos assumidos com a comunidade educativa, população e autarquias. -----

-----Desde alguns anos, todos os projetos que o PSD tinha deixado encaminhados foram suspensos ou cancelados. Assim tem ficado demonstrado que este governo não quer apostar no investimento para o distrito de Setúbal. Criticamos ainda a "falha" de alguns investimentos, que conta com 'várias primeiras pedras' de arranque mas que continuam adiados, a Escola Secundária da Quinta do Conde, entre outros, que através do lema 'muita conversa, zero investimento' vai deixando adiadas as necessidades do nosso

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

distrito. -----

-----Tendo em consideração que mais uma vez neste mandato a bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal apresentou outra moção sobre a Construção da Escola Secundária da Quinta do Conde e que até ao momento o ministério da educação nunca nos deu qualquer resposta e que queremos fazer cumprir a vontade expressa de todos os autarcas e comunidade escolar, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 30 de Abril de 2021 delibera: -----

-----1. Solicitar ao governo através do Ministério da Educação que dê início à construção de uma nova escola secundária na Quinta do Conde. -----

-----2. Que proceda de imediato á requalificação da Escola Básica 2,3/secundária Michel Giacometti. -----

-----Dar conhecimento: -----

-----Sr. Presidente da República; Sr. Primeiro-ministro; Sr. Ministro da Educação; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Associações de Pais dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra; Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra; Associações de Estudantes dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra; Camara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesias do Concelho; -Comunicação Social Local e Regional.” -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que na sequência de atitudes anteriores da bancada do PSD, sempre havia apresentado este documento sobre a construção da Escola Secundária da Quinta do Conde quando o Governo era do PSD e que hoje, com toda a legitimidade, também apresentava esta Moção que considerava que continuava oportuna e que até à data, não se vislumbrava qualquer “luz ao fundo do túnel”. -----

-----Interveio o **Deputado Pedro Mesquita** que disse que à imagem da Moção anterior apresentada pela CDU, o tema e o sentido deste documento eram os mesmos e aprazia ao Grupo Municipal do PS dizer que esta Moção parecia uma réplica da Moção da CDU, ou o consórcio CDU/PSD estava a começar a “rasgar o contrato”. Por outro lado, disse também que relativamente a estas questões, o PS nunca havia tido o papel de “corta-fitas” no Concelho de Sesimbra. O Deputado disse que também o PS já havia insistido várias vezes neste ponto e que o único ponto de obra conhecido do PSD, no Concelho, era o Coreto da Quinta do Conde e nem esse tinha ainda visto a luz do dia. Disse ainda que o PS estava sensibilizado para a construção desta escola e que tudo tentaria fazer internamente para que se pudesse chegar à fala com alguém para verificar se esta necessidade se tornava uma realidade.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Antunes**, que disse que terminada a discussão relativamente ao documento anterior e estando também este a falar da

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Escola Secundária da Quinta do Conde, não ficaria bem permanecer calado, parecendo que estava a ser conivente com alguma complacência. Apelou aos elementos do Partido Socialista que se colocassem no seu papel a ouvir, numa reunião que tinha tido, através dos meios da Internet, com os Secretários de Estado da Educação, Dr. João Costa e Dr. Susana Amador, na qual o Dr. João Costa dissera que havia vagas, no Concelho de Sesimbra, para absorver a totalidade dos alunos do Ensino Secundário. Em relação a obras na Escola Michel Giacometti, perguntou quem é que não se envergonhava de residir numa localidade que oferecesse aqueles pavilhões aos seus alunos e disse que havia uma necessidade imperiosa de escolas na parte Norte do distrito de Setúbal e oferta de alunos na parte Sul e que era óbvio que tanto Azeitão como a Quinta do Conde tinham necessidade de uma Escola para dar resposta áquilo que desde 2009 se afigurava como necessário.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que se poderia concluir que qualquer dos Governos desprezava a população da Quinta do Conde desde 2009 até aos dias de hoje e que durante este período de tempo, já tinha havido vários Governos, alguns com os quais o Deputado não tinha simpatizado de todo, ou mesmo nada e outros com quem tinha alguma tolerância ou simpatia e era isso que significava este tipo de linguagem. Na sua opinião pessoal, disse que se tratava de uma linguagem totalmente desnecessária e contra producente.-----

-----Interveio de novo o **Deputado Lobo da Silva** que reconheceu que a intervenção do Deputado Pedro Mesquita tinha sido engraçada, e que o próprio, enquanto Deputado da Assembleia Municipal e do PSD, tinha pena que o PS não viesse para o lado deste consórcio para exigir aquilo que fazia falta ao Concelho, independentemente do Governo. Em relação ao Deputado Paulo Caetano, disse que era verdade que tinha havido vários Governos mas em 2009, não tinha sido nenhum do PSD. Referiu que o PSD havia governado de 2011 a 2015 sem bazucas nem folgas orçamentais e na verdade, tinha governado um País deixado na bancarrota. Quanto à questão do corta-fitas, disse que “quem lhe dera” que o PS viesse ao Concelho de Sesimbra cortar muitas fitas, pois era sinal que, finalmente, o Concelho teria as obras que bem merecia, feitas e pagas pelo Governo Central mas infelizmente, o Concelho de Sesimbra estava ao “abandono”. --

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que o sentido de voto da bancada do MSU seria a abstenção, à semelhança daquilo que se tinha passado com a anterior Moção, porque entendia que o documento se centrava demasiado naquilo que era o suposto trabalho do PSD e que para merecer uma unanimidade, deveriam ser cortadas algumas expressões e algumas referências áquilo que o PSD tinha feito porque a ideia não era o seu historial mas a defesa da causa que era a construção da Escola Secundária da Quinta do Conde. -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, **por maioria com 14 votos a favor (12 CDU + 2 PSD) e 10 abstenções (7 PS + 2 MSU + 1 BE) aprovar a Moção com o título “Para Quando a Construção da Escola Secundária da Quinta do Conde?”**-----

-----A Presidente da AMS cedeu a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro**, para a apresentação do documento seguinte, a **Recomendação com o título “Recolha de resíduos de pequenas obras e de jardim”**:

-----“O concelho de Sesimbra, com cerca de 50 mil habitantes, produz diariamente por habitante cerca de 1,4Kg de resíduos urbanos, a que acrescem os resíduos de pequenas obras e de jardim, igualmente com expressão bastante significativa, dado o elevado número de habitações de moradia.-----

-----Atendendo à dimensão e à manifesta dispersão geográfica do concelho de Sesimbra, a recolha de resíduos de construção e demolição constitui uma tarefa com um indubitável grau de complexidade, que demanda custos elevados, mas que se afigura imprescindível para assegurar a higiene urbana e para atividades tão essenciais para a economia do concelho, como é a atividade turística. -----

-----Em termos de opções existentes, os munícipes podem proceder ao depósito desses resíduos, a título gratuito, no Ecoparque de Palmela (aterro sanitário), até uma tonelada por dia, no máximo de quatro toneladas por mês, podendo ainda alugar um saco big bag, com capacidade para um metro cúbico, no Balcão Único de Serviços da autarquia e no atendimento da Quinta do Conde. -----

-----Verifica-se com frequência a colocação por parte de alguns munícipes de pequenas quantidades de resíduos de construção espalhados nas propriedades, no meio da vegetação, ou mesmo à beira das estradas.-----

-----Constatando, no entanto, haver necessidade de reforço de medidas de forma a contribuir para a resolução deste problema e minimizar os impactos ambientais que do mesmo advém, e a pensar na melhoria da qualidade de vida das populações, não obstante os esforços envidados recentemente pela autarquia no sentido de permitir a recolha desses resíduos através dos pontos “REMOVE”, sugere-se para o mesmo efeito um maior aproveitamento dos locais de depósito já existentes no concelho (os “REMOVE”), bem como nos locais adicionais cuja criação se encontra projetada pela Câmara Municipal para as freguesias do Castelo e da Quinta do Conde. -----

-----Sugere-se igualmente a adoção de um plano de ação que consista, numa primeira fase, na promoção e reforço de campanhas de sensibilização dotadas de maior eficácia junto dos munícipes, com apelo a um maior civismo, a uma melhor cidadania e educação ambiental, assim como na prestação de informações sobre as consequências para o não cumprimento das normas legais.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Face ao exposto, a Assembleia a Municipal de Sesimbra, reunida em 30/04/2021, delibera recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra:-----

-----a) Que, para efeitos de recolha de resíduos de pequenas obras e de jardim, pondere um maior aproveitamento dos locais de depósito de resíduos já existentes e dos que venham a ser criados;-----

-----b) A promoção de campanhas de sensibilização mais eficazes junto dos munícipes.” -----

-----O Deputado disse que este documento já havia sido anteriormente presente à Assembleia Municipal, que baixou à Comissão”2” no sentido de se tentar fazer uma revisão do documento, tendo esse trabalho sido proveitoso resultando neste documento final merecedor do consenso de todos.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva**, Coordenador da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, que disse ter sido elaborado um documento final mas que havia uma questão que, enquanto Coordenador, tinha feito referência mais do que uma vez que a partir do momento em que esta Comissão estava reunida, a mesma passaria a ser da Comissão”2” e sugeriu aos Deputados do MSU que reconhecessem que este documento não era da sua bancada mas sim da Comissão, tal como havia sido defendido pelo mesmo.-----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** confirmou que essa questão estava subentendida e que tinha sido falado que este documento seria da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente.

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que disse que, enquanto membro desta Comissão, realçou o referido pelo Coordenador Lobo da Silva. Em seguida, pediu desculpa ao Deputado Miguel Ribeiro porque tinha sido induzido em erro e que era um lapso seu porque logo no início do documento era referido a quantidade de resíduos urbanos produzidos em Sesimbra lhe parecera exagerado, e que, já no decorrer desta sessão e após ter olhado para os dados da PorData em relação aos resultados por município, constatou que Sesimbra produzia mais resíduos por habitante do que Lisboa, o que era extraordinário, produção esta de 658 kg /ano, correspondendo aos 1,8kg por dia. Disse ser óbvio que não eram só os habitantes a contribuir para este valor e que o único Concelho da AML que se encontrava à frente de Sesimbra era Palmela e afirmou que havia um grande trabalho a desenvolver relativamente à gestão de resíduos.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que se tratava de uma questão complexa em que a CMS tinha vindo a fazer um grande esforço mas que também era necessário continuar com uma grande sensibilização, inclusive da parte dos munícipes, não só nesta questão em concreto, que tinha uma Legislação muito difícil e complexa mas também ao nível dos resíduos sólidos, do lixo e dos monos que também se verificava por todo o Concelho de Sesimbra. Realçou

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

a necessidade de uma fiscalização e sensibilização para o contributo dos munícipes em contribuir para este problema. -----

-----Interveio o **Vereador José Polido**, que tinha estado presente na reunião desta Comissão, começando por cumprimentar todos os presentes. Sobre a Recomendação apresentada, disse que tinha estado cerca de 2 horas e meia com os membros da Comissão a falar, não só sobre este assunto mas, de uma forma geral, sobre os resíduos e a forma do seu tratamento. Disse que a discussão se tinha centrado única e exclusivamente sobre os chamados RCD's (Resíduos de Construção e Demolição), porque nada na Comissão tinha sido falado sobre resíduos de jardim, até porque não havia nada para falar dos mesmos, pois qualquer munícipe podia chegar aos REMOVE e depositar, gratuitamente, os resíduos de obras e de jardim, tal como estava no título do documento, o que, na sua opinião, era uma incoerência. Disse ainda que, para muita surpresa de alguns Deputados, tinha recolhido, no ano passado, 35.191,19 toneladas de resíduos no Concelho de Sesimbra, mais 8% do que no ano anterior, em plena pandemia, correspondendo a mais 2.674,51 toneladas e que por este acréscimo, a Autarquia tinha pago 473.710,60€ a mais, ou seja, mais 48% do que aquilo que tinha sido pago no ano anterior mas a CMS não tinha feito refletir este aumento no tarifário que os munícipes pagavam nos serviços urbanos, mas por mais eficiente que a Autarquia fosse, não iria conseguir o nível da chamada TGR (Taxa de Gestão de Resíduos) e das tarifas impostas por Entidades externas, nomeadamente a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos). Referiu que neste momento, a Câmara iria alargar os REMOVE, tal como havia sido dito na reunião da Comissão, com a criação de um REMOVE na Maçã, o alargamento na Quinta do Conde para mais que duplicar o espaço e havia ainda intenções de fazer outros REMOVE's mas que ainda não iria dizer onde para não criar a expectativa nas suas populações de que seria para acontecer imediatamente e por isso, só gostava de anunciar aquando da execução da obra. -----

-----Acrescentou que este esforço cabia a todos nós e não podia ser esquecido que tínhamos uma zona turística, muitos restaurantes, muitos visitantes, e os resíduos calculados eram por 50.000 habitantes e não por todos os que eram produzidos na restauração, na 2ª habitação e de quem visitava o Concelho e era também para eles que tinha de se trabalhar arduamente, que era o que estava a ser feito, na tentativa da melhoria do serviço. Para além disto, a Comissão também tinha sido informada de que, da Península de Setúbal, o município de Sesimbra não só havia cumprido as metas definidas pela União Europeia e por Portugal, com os 45 kg por habitante, como também tinha ficado em primeiro lugar com 65 kg por habitante naquilo à reciclagem dizia respeito.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que solicitou que fossem feitas as alterações

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ao documento.-----

-----O **Vereador José Polido** pediu a palavra apenas para dizer que o que estava a ser proposto tinha a ver com alguém que fizesse uma pequena intervenção em casa e tinha 1 ou 2 baldes dos chamados RCD's. Disse que os diversos REMOVE já tinham o saquinho mas que a própria Câmara já prestava este serviço, há muito tempo, com sacos de 1 metro cúbico, pelo qual cobrava cerca de 20€, onde o munícipe colocava os seus resíduos e posteriormente, a CMS deslocava-se aos locais com a viatura própria para fazer o seu transporte para o respetivo aterro. Disse ainda que a CMS não se podia fazer substituir à Entidade de iniciativa privada.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, aprovar a **Recomendação à Câmara Municipal sob o tema “Recolha de resíduos de pequenas obras”**, tendo ficado com a seguinte redação: -----

-----“O concelho de Sesimbra, com cerca de 50 mil habitantes, produz diariamente por habitante cerca de 1,8 kg de resíduos urbanos, a que acrescem os resíduos de pequenas obras e de jardim, igualmente com expressão bastante significativa, dado o elevado número de habitações de moradia.-----

-----Atendendo à dimensão e à manifesta dispersão geográfica do concelho de Sesimbra, a recolha de resíduos de construção e demolição constitui uma tarefa com um indubitável grau de complexidade, que demanda custos elevados, mas que se afigura imprescindível para assegurar a higiene urbana e para atividades tão essenciais para a economia do concelho, como é a atividade turística. -----

-----Em termos de opções existentes, os munícipes podem proceder ao depósito desses resíduos, a título gratuito, no Ecoparque de Palmela (aterro sanitário), até uma tonelada por dia, no máximo de quatro toneladas por mês, podendo ainda alugar um saco big bag, com capacidade para um metro cúbico, no Balcão Único de Serviços da autarquia e no atendimento da Quinta do Conde. -----

-----Verifica-se com frequência a colocação por parte de alguns munícipes de pequenas quantidades de resíduos de construção espalhados nas propriedades, no meio da vegetação, ou mesmo à beira das estradas.-----

-----Constatando, no entanto, haver necessidade de reforço de medidas de forma a contribuir para a resolução deste problema e minimizar os impactos ambientais que do mesmo advém, e a pensar na melhoria da qualidade de vida das populações, não obstante os esforços envidados recentemente pela autarquia no sentido de permitir a recolha desses resíduos através dos pontos “REMOVE”, sugere-se para o mesmo efeito um maior aproveitamento dos locais de depósito já existentes no concelho (os “REMOVE”), bem como nos locais adicionais cuja criação se encontra projetada pela Câmara Municipal para as

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

freguesias do Castelo e da Quinta do Conde. -----

-----Sugere-se igualmente a adoção de um plano de ação que consista, numa primeira fase, na promoção e reforço de campanhas de sensibilização dotadas de maior eficácia junto dos munícipes, com apelo a um maior civismo, a uma melhor cidadania e educação ambiental, assim como na prestação de informações sobre as consequências para o não cumprimento das normas legais.-----

-----Face ao exposto, a Assembleia a Municipal de Sesimbra, reunida em 30/04/2021, delibera recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra: -----

-----a) Que, para efeitos de recolha de resíduos de pequenas obras, pondere um maior aproveitamento dos locais de depósito de resíduos já existentes e dos que venham a ser criados;-----

-----b) A promoção de campanhas de sensibilização mais eficazes junto dos munícipes.” -----

*-----Teve início a apresentação do último documento do PAOD, a **Recomendação com o título “Aldeia do Meco”**:-----*

-----“A Aldeia do Meco tem, neste momento, vários empreendimentos imobiliários/turísticos com o parecer favorável de diferentes autoridades. Só para citar os mais importantes podem referir-se o Pinhal do Atlântico, o Pinhal da Mata, o Empreendimento Turístico na rua do Casalinho e o Empreendimento MecoMar na saída para o Cabo Espichel.-----

-----Se forem todos construídos, estes empreendimentos irão acrescentar cerca de 1800 camas a uma zona ambientalmente sensível, parte integrante do Sítio de Interesse Comunitário Arrábida/Cabo Espichel. Os impactos deste processo não apenas sobre o equilíbrio ambiental, mas também na rede viária, na circulação automóvel, na biodiversidade ou na preservação dos recursos hídricos serão enormes.-----

-----Neste contexto recomenda-se à Câmara Municipal de Sesimbra e ao seu presidente que estabeleçam contacto com estas populações e procedam ao diálogo que se impõe.” -----

*-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que disse que a bancada da CDU gostaria de ouvir a opinião da Câmara Municipal relativamente a este documento.-----*

*-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que disse não conseguir perceber o alcance da Recomendação e sendo muito frontal, disse que a mesma teria a ver com uma Petição que estaria, neste momento, a decorrer *online*, relativamente a empreendimentos turísticos na zona da Aldeia do Meco, cuja autoria desconhecia mas que a única coisa que podia dizer era que havia aqui duas questões: a primeira, que havia um instrumento de gestão do território, quer se gostasse ou não, era o que estava em vigor e em segundo lugar, havia Processos que já não eram novos e alguns não tinham tido alterações e outros tinham desenvolvido alguma coisa, ficando ainda a faltar muitos nesta informação, tendo em conta aquilo*

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que estava previsto no instrumento de gestão do território. Salientou que esta questão lhe fazia lembrar alguém que tinha um loteamento e que no loteamento ao lado era possível fazer uma habitação coletiva que, habitualmente, quando era tramitada, alguém dizia não gostar de ter essa habitação coletiva no local. Referiu que, independentemente dos gostos, havia uma série de Regulamentos por cumprir e a informação que podia dar neste momento era que estava em licenciamento, uma intervenção junto ao Casalinho e outra na estrada para o Cabo Espichel que tinha duas parcelas de terreno com dois PIP's (Pedido de Informação Prévia) aprovados, já com o estudo do impacto ambiental, e que uma delas já se encontrava no processo de licenciamento. Disse que tirando isso, e aquilo que era mais referido que eram as duas operações maiores, o Pinhal do Atlântico e o Pinhal da Prata, tinham 2 PIP's aprovados um desde 2009 e outro desde 2008, também com uma declaração de impacto ambiental válida até 2023 e 2022, respetivamente, mas não tinha havido qualquer avanço do município relativamente a estes dois Processos. Disse que a Câmara estava a preparar uma publicação para informar os termos e as referências daquilo que estava a fazer, relativamente a todos os Processos que se encontravam numa fase de maturidade, fossem de reabilitação, construção nova, na Vila de Sesimbra ou noutra área do Concelho. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que na sequência da intervenção do Presidente da Câmara, disse que o mesmo havia reforçado a absoluta urgência em ter um Plano Diretor Municipal (PDM) revisto, pois não se tinha um PDM em vigor mas sim um em revisão há 14 anos e necessariamente revisto em baixa porque se muitos destes empreendimentos estavam previstos em PDM, era um facto que se tivesse havido a oportunidade, com uma revisão em baixa, poder-se-ia, eventualmente, considerar isto de outra forma. Disse também que, para além disso, com estudos de impacto ambiental feitos sobre cada empreendimento individualmente, estava-se a deixar de fora um outro elemento essencial numa avaliação de impacto ambiental que eram os efeitos dos impactos cumulativos e quando estes fossem avaliados, se calhar já se estaria a falar de consequências com teores muito diferentes. Disse que um dos empreendimentos de que o Presidente havia falado, de maior dimensão, até tinha chegado a ter um estudo de impacto ambiental negativo e tinha sido feito sem saber os seus pormenores, isto em 2009. O Deputado disse que aquilo que entendia desta Moção, embora fosse pouco explícita, era um pouco isso porque o que estava inerente a esta mensagem era que, verdadeiramente, tinha que haver, não mais informação mas mais auscultação, que implicava discussão pública, algo que teria acontecido com o PDM concluído, o que era obrigatório por Lei, tal como era qualquer procedimento de avaliação de impacto ambiental. O Deputado disse que tinha alguma simpatia pela mensagem transmitida, embora concordasse que a Moção era um pouco vaga e que, se calhar, poderia ser um pouco mais explícita nesse sentido mas

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

o que realmente importava era a relevância de que era absolutamente imprescindível que houvesse a auscultação da população, discussão pública e uma mudança de “chip” porque não se podia estar há mais de 20 anos com um “chip” dos anos 90.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e disse que se tentava falar da acumulação de espaços verdes que, todos juntos, teriam uma biodiversidade e um grande impacto. Disse que com o agravamento da crise climática e o desaparecimento de várias espécies, aumentaria o valor da leitura sobre o que se estava a poluir e em relação à zona do Meco, um espaço que era considerado convidativo, se iria aumentar a tendência de turismo de fora e era neste caminho que se deveria debater.-----

-----O **Presidente da CMS** disse ter ficado ainda mais confuso com a intervenção do Deputado, pois se era para esclarecer algumas dúvidas em relação ao conteúdo da Recomendação, ainda tinha adensado as dificuldades de compreensão. Disse que, a não ser que se criasse alguma desinformação e alavancar algum descontentamento que pudesse existir sobre aquilo que eram as regras atuais sobre o PDM, independentemente do período de Revisão e também algum aproveitamento político, não via nenhum alcance no documento. Referiu que colocar à discussão pública aquilo que eram as regras do PDM, acontecia em termos das regras do PDM e que colocar à discussão pública aquilo que eram os estudos de impacto ambiental, os mesmos já aconteciam pelas Entidades competentes e tal como era sabido, não era a Câmara que tinha a responsabilidade de ponderação, avaliação e emissão da declaração de impacto ambiental, que passava à margem do próprio Município e a verificação da sua conformidade, através *backup* com a implementação da proposta urbanística. Referiu que neste momento, havia um conjunto de Promotores, alguns com uma série de anos e que não sabia se iriam ser uma realidade ou se deixavam de o ser, não sabendo também até que ponto é que o compromisso teria de ser assumido em Sede de PDM, uma vez que tinha um PIP e uma guia aprovados. Disse nunca ter sido escondido na Assembleia Municipal, do ponto de vista da discussão, a visão de alguma perceção de retração na capacidade construtiva no Concelho, no seu todo, em particular, numa Entidade operativa em concreto mas estava-se a “chover no molhado”. Perguntou como é que a Câmara poderia colocar uma regra que ao dizer que se podia fazer uma habitação com determinadas características num determinado local, ia depois perguntar à população se as regras impostas podiam ser, ou não, aplicadas, o que não fazia qualquer sentido.-----

-----Referiu que o que fazia sentido era discutir o PDM na proposta, que apenas os Deputados Municipais conheciam e que só não estava apresentada na Comissão de Acompanhamento porque havia questões recentes, relacionadas com a REN (Redes Energéticas Nacionais), que ainda estavam a ser

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

esclarecidas e ponderadas com o município. -----

-----Para terminar, disse que a CMS não se escondia naquilo que eram os Projetos ou Processos que tinham alguma maturidade e que o município de Sesimbra informaria e faria uma publicação, em princípio digital, com todos os Processos Turísticos que neste momento tinham uma maturidade já avançada, não aqueles que tinham ficado parados no tempo. Salientou ainda que a Autarquia também nunca escondia a visão estratégica nem a visão futura relativamente a este território mas havia uma coisa que a Câmara sabia: que os compromissos e as regras que emanavam de Regulamentos em vigor, eram para ser cumpridos e disse imaginar o quanto seria doloroso, provavelmente para um conjunto de Eleitos locais, se uma Unidade Operativa que era a maior dimensão do Concelho com empreendimentos turísticos, tivesse consequência imediatamente a seguir e que, provavelmente, uma delas iria ter e essa discussão ainda estava em cima da mesa para ser feita. -----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que disse que analisando o documento, o Grupo Municipal do PS tinha algumas dúvidas sobre a sua condição para ser votado neste momento e propôs ao Deputado José Guerra que o retirasse ou, se ainda seria possível, face aos tempos desta Assembleia até setembro, baixar o mesmo a uma Comissão para que fosse melhorado. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que a Recomendação não estava bem fundamentada e era preciso esclarecer do que se tratava exatamente e o que se propunha que pudesse ser feito e era necessário ter a noção exata daquilo que esta Recomendação pretendia abranger. Era evidente que as pessoas tinham de ser ouvidas mas também tinham um espaço para tal que era nesta Assembleia, onde o público podia dirigir-se e dizer daquilo que discordava. Disse que se o documento era apresentado por um Grupo Municipal, tinha de ser fundamentado em termos genéricos porque se se defendia que o município vivia muito do Turismo, não se poderia dizer que não se queria instalações que pudessem resolver esse problema. Para terminar, o Deputado disse que nestes termos, o voto da bancada da CDU seria contra esta Recomendação. -----

-----O **Deputado João Valente** disse que a proposta da bancada da CDU seria para a retirada deste documento porque a mesma não se podia rever num documento que era transcrito numa Petição que contestava a construção de empreendimentos turísticos. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que só quem andasse distraído é que não se aperceberia que este documento vinha no seguimento das “loucuras” do Bloco de Esquerda, que ultimamente, havia apresentado a Assembleia municipal com este tipo de documentos e disse ainda que o PSD não votaria favoravelmente mas também pensava que como era inconclusivo e não se percebia qual

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

a sua finalidade objetiva, sugeriu que um dia, o Presidente da CMS se deslocasse ao Meco para cumprimentar as pessoas. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que após as intervenções, era visível a falta daquilo que eram os parâmetros mais consubstanciados numa Recomendação e questionou o proponente qual a sua perspetiva relativamente às várias propostas dos restantes Grupos Municipais. -----

-----O **Deputado José Guerra** disse que, entre as propostas, preferia reformular o documento a inclusão no PAOD numa próxima Sessão. -----

-----Concluído o Período de Antes da Ordem do Dia, o **Primeiro-secretário da Mesa da AMS, João Narciso**, informou que tinha sido rececionado outro documento pela Mesa da Assembleia Municipal e que se tratava de uma Recomendação, subscrita por todos os Líderes de Bancada e Secretários da Mesa, documento esse que a Presidente não tinha conhecimento por não ter dado entrada nos Serviços no prazo Regimental mas que ao abrigo do nº8 do Artº 35º do Regimento, o mesmo poderia ser considerado e era essa a vontade dos proponentes. Disse ainda que este documento refletia o espírito desta Assembleia e que gostaria de passar à sua leitura, uma vez que era a vontade de todos: -----

-----*“Dia de sol - primeiras flores nas árvores (...), a estrada segue por terras uniformes cor de giz. (...) Estamos perto. A carripana vai descendo para Sesimbra pela estrada em torcicolos (...). A vila em baixo fica aconchegada no regaço dos montes que a amparam e desce-lhes até aos pés...”* -----

-----*(Raul Brandão, os pescadores, 1923)* -----

-----*Quem da água da Califórnia provou. Aqui ficou!* -----

-----*Estamos em 1977, colocada como professora na Escola Preparatória Navegador Rodrigues Soromenho, vem lecionar a disciplina de Educação Física, onde também ocupa diversos cargos de direção como Vice-presidente e Presidente do Conselho Diretivo e dos Conselhos Pedagógico e Administrativo, até à inauguração da Escola Básica 2,3 de Santana para onde se transfere. Aí continua a exercer a sua atividade como professora e ocupa o cargo de diretora do Conselho Geral.* -----

-----*Ainda no âmbito da sua atividade letiva passa pela Cercizimbra onde esteve destacada como professora de Educação Física fazendo mais tarde parte da direção da mesma.* -----

-----*Em paralelo com a sua prática letiva, em 1978 inicia o seu trabalho no Grupo Desportivo de Sesimbra como professora de ginástica, sendo responsável por várias classes de ginástica durante uma década. Qual “zequinha”, hoje! Que Homem ou Mulher não se recorda desses tempos?* -----

-----*Rapidamente se envolve na vida política e autárquica no concelho de Sesimbra. Em 1980 integra as listas da então APU (Aliança Povo Unido) para a Assembleia Municipal, e eleita, exerce o cargo de primeira*

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

secretária da Mesa da Assembleia Municipal, cargo que ocupa durante dois mandatos (1980-1982 e 1983-1985). - -----

-----Em 1986 é eleita para a Câmara Municipal de Sesimbra onde ocupa o cargo de vereadora da Educação, Desporto, Cultura, Juventude, Turismo e Informação e de vice-presidente da câmara municipal de Sesimbra. Funções que exerce até 1997. -----

-----Por sua iniciativa são dinamizadas várias iniciativas e projetos que marcaram Sesimbra à época; onde são exemplos a dinamização dos Jogos Populares do Concelho de Sesimbra; as Olimpíadas Populares; o Festival do Mar, as semanas gastronómicas do Espadarte; a Douzelage; o Seminário da Educação; o Congresso O Município e o Desporto, realizado em Sesimbra, uma organização da AMDS, em 1992, onde assumiu a responsabilidade de Secretária-geral. -----

-----Nesta fase, dinamiza ainda a 1ª Comissão Municipal da Juventude e o 1º Encontro de coletividades do concelho de Sesimbra, entre outros. -----

-----Foi também Vice-Presidente da Região de Turismo – Costa Azul entre 1986 e 1998. -----

-----Durante o mandato de 1998 a 2001 é vereadora sem pelouro na Câmara Municipal de Sesimbra. Em 2002, volta á Assembleia Municipal. -----

-----Neste mandato tem início o projeto da Assembleia Municipal de Jovens, assim como é também instituído o Prémio Espichel, iniciativas que tiveram muito do seu cunho pessoal. -----

-----Em 2005 é eleita presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra cargo que ocupa até ao presente mandato. -----

-----Durante este período cria o Concurso As cores da Cidadania, dedicado aos jovens do 3.º e 4.º ano do 1º ciclo do ensino básico iniciativa que decorre em paralelo com a realização da Assembleia Municipal de Jovens, esta dedicada a alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico. -----

-----Desde 14 de Outubro de 2011 que a Assembleia Municipal de Sesimbra é pioneira no País a gerir a sua atividade segundo as normas inerentes ao Sistema de Gestão da Qualidade sendo certificada pela Associação Portuguesa de Certificação - APCER devido ao seu empenho e também ao envolvimento de todos os membros da Assembleia Municipal neste projeto. -----

-----A sua postura como presidente deste órgão autárquico caracteriza-se pelo seu empenho, dedicação, pela forma imparcial e respeitadora das diferenças de todas as forças políticas aqui representadas e que é reconhecida por todos os eleitos. -----

-----Falamos de Joaquina Odete Martins da Graça, comumente conhecida como Odete Graça. Sobre a sua pessoa e o seu percurso de vida muito mais existe para dizer, mas isso ficará para uma futura ocasião.

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O seu legado de trabalho e de imparcialidade na Assembleia Municipal de Sesimbra fica como um exemplo para todos os que fazem parte ou virão a fazer deste órgão autárquico.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 30 de Abril de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que atribua a Medalha de Mérito Municipal Grau Ouro a Odete Graça, aquando do término das suas funções como autarca no concelho de Sesimbra. -----

-----Esta recomendação é subscrita por todos os grupos municipais (CDU, PS, PSD, MSU e BE) da Assembleia Municipal de Sesimbra.”-----

-----A **Presidente da AMS** disse ser evidente que as coisas eram sempre muito bem feitas pela Comissão de Líderes e estava provado que mesmo que houvesse uma alteração digital, a mesma não conseguiria “apanhar” nada nestes contextos e por isso, era óbvio que para si, esta Recomendação era uma total surpresa porque já era do conhecimento de todos que já não era candidata às próximas Eleições Autárquicas e que tudo teria começado por aí mas disse que “iria continuar cá”.-----

-----Em primeiro, agradeceu muito este gesto e mais do que este gesto, eram as palavras, que eram um testemunho da amizade de todos e também a inteira parceria naquilo que era, em comunhão naquilo que eram os valores que esta Assembleia Municipal tinha tido e que, naturalmente, podiam crer que não se deviam exclusivamente a si. Referiu que ao longo da sua vida autárquica, concretamente nos mandatos da Assembleia Municipal, tinha encontrado sempre pessoas dos vários quadrantes políticos com os quais tinha tido oportunidade de trabalhar e que lhe tinham dado contributos para compreender melhor o papel do Poder Local, aquilo que era a intervenção de uma Assembleia Municipal e também, ter por base um Órgão onde a parceria política e partidária se tornava mais evidente e nessa dimensão onde a prática político-partidária era mais evidente numa Assembleia, a Mesa da Assembleia só podia e devia trabalhar em função daquilo que era o quadro político com quem tinha sido eleito.-----

-----Disse que desde o 1º Mandato, tinha procurado envolver sempre todos os Grupos Políticos representados na Assembleia, independentemente da sua expressão, mas que para si, o voto colocado para que tivesse sido eleita, era igual ao voto no Deputado que apenas Força Política tivesse 2 ou 1. Disse que a diferença era que, na sua essência, a participação, a cidadania, o contributo da população na sua escolha do projeto e das pessoas era igual e que um tinha 10 e o outro tinha 2, e por isso, havia que respeitar esse voto da população e a participação de todos neste Órgão e por isso, era um privilégio, para si, ter estado nesta convivência com todos, sobretudo com muitos que hoje não estavam presentes e que infelizmente já tinham partido, mas havia outros que, com quem se cruzava nos mesmos passeios, na mesma rua, na mesma Vila e isso era muito saudável, que não se tivesse de baixar os olhos aquando desse

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

cruzamento. Por isso, a Presidente quis agradecer muito aquilo que lhe tinham dado, a cooperação e disse esperar continuar a corresponder às necessidades e aspirações e sobretudo, à dignificação do Poder Local, que era isso para o qual as populações a tinham elegido e que a sua missão era cumprir aquilo que a tinha levado a estar disponível para representar a população do Concelho.-----

-----Para terminar, agradeceu aos representantes de Sesimbra por esta Recomendação e despediu-se com um “até sempre”.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, **por unanimidade e aclamação**, a Recomendação à Câmara Municipal.-----

-----A **Presidente da AMS** agradeceu ainda aquilo que os trabalhadores também lhe tinham dado e que continuavam a ser a referência e o rosto do trabalho da Autarquia, tanto em termos de imagem mas também naquilo que conseguiam como serviço público. Não havia quaisquer dúvidas também que, todos aqueles que contribuíam, das mais diversas áreas, para que um Projeto, uma Ação, uma Reunião ou Sessão se realizasse, eram muitos mas não poderia deixar de não realçar a Unidade de Apoio da Assembleia Municipal, com quem se tinha tido o privilégio de construir Ações e Projetos, não querendo deixar de referenciar quem já não estava connosco, como era o caso da Natália Jesus e da Elsa Polido mas também agora a Anabela Sebastião, a Cindy Silva e, naturalmente, a “mestre”, Laura Farinha e por isso, quem quer que viesse, tal como dizia o poeta: “*que venha por bem*” e só tinha de apreender e aprender aquilo que eram as práticas administrativas e funcionais, porque estes trabalhadores davam, muitas vezes, sem exigir nada em troca, a não ser que as coisas corressem bem, a não ser que muitas vezes, a própria dissesse que as coisas iam correr mal, mas o importante era que corressem o menos mal possível. E por isso, para todos os funcionários com quem tinha tido a possibilidade de trabalhar e neste caso concreto, em termos de trabalho da Assembleia Municipal, deu o seu agradecimento.-----

-----Teve início o 1º Ponto da Ordem de Trabalhos, a Apreciação da Atividade Municipal, tendo sido cedida a palavra à **Deputada Sandra Carvalho**, que na sequência da entrega, em Bruxelas, do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), por parte do Governo, perguntou se a CMS já teria tido a oportunidade de verificar se tinha sido contemplada, ou não, a obra da Variante Carrasqueira-Porto de Abrigo, uma vez que a mesma tinha merecido uma manifestação por parte de inúmeros operadores que dela necessitavam. -

-----Interveio a **Deputada Paula Rodrigues** que felicitou o município de Sesimbra pelo Festival gastronómico a realizar entre maio e junho, uma iniciativa que, neste momento de pandemia, iria com certeza, ajudar a restauração a alavancar a economia local, permitindo que os clientes se pudessem habilitar a ganhar vales de refeição na escolha de pratos confeccionados com o peixe da nossa costa. Disse

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que já tinha havido uma iniciativa deste tipo no Natal que tinha tido muita satisfação por parte dos municípios. Referiu ainda que tinha sido publicitado que o Centro de Vacinação em Sesimbra iria ser aberto daqui a pouco tempo e perguntou para quando estava prevista esta abertura. Relativamente À abertura da Lagoa de Albufeira, disse que, normalmente, era aberta na Primavera, por altura da Páscoa, e que todos sabiam que no ano passado não tinha sido possível e questionou para quando a sua abertura, uma vez que já se estava no fim do mês de abril e se sabia alguma questão sobre a problemática do assoreamento da Lagoa de Albufeira e se existia algum ponto de situação relativamente a esta situação, uma vez que estava constantemente a ser assoreada.-----

-----Tomou do uso da palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que solicitou esclarecimentos sobre uma reunião do Presidente da Câmara, no dia 13 de abril, para a assinatura de um Protocolo com o Ministério Público. Disse também que, em tempos, se tinha falado que o Concelho de Sesimbra tinha alguns pontos negros em termos de SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal) e gostaria de saber se a situação já estava resolvida. Referiu que, recentemente, tinha sido aberto um novo espaço para animais e questionou se a CMS previa a construção de um cemitério para animais.-----

-----Disse ainda que tinha sido anunciado pelo Ministério da Defesa, que estava a ser articulado com os municípios, o Cartão de Combatentes e perguntou se a Autarquia já tinha sido contactada e quais os passos dados nesse sentido. Não menos importante, o Deputado mencionou a questão do Cabo Espichel, em que tinha sido aprovado, na Assembleia Municipal, um acordo com o REVIVE mas era sabido que havia algumas diferenças e entraves por parte da Igreja e perguntou se já tinha havido alguma evolução no diálogo com a mesma.-----

-----Para terminar, o Deputado questionou sobre a Escola Secundária da Quinta do Conde, o novo Centro de Saúde da Quinta do Conde, a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, se estava a ser cumprido, por parte do Governo, ao acordado com a construção do Centro de Saúde de Santiago e ainda qual a evolução da construção do dito Palácio da Justiça, do dito quartel da GNR e por fim, se o Presidente da Câmara, tendo em consideração o momento para o qual todos caminhávamos que era as Eleições Autárquicas, poderia indicar qual a data da inauguração do Hospital do Seixal.-----

-----Interveio a **Deputada Sónia Lopes** que cumprimentou todos os presentes e perguntou qual o ponto de situação do Santuário do Cabo Espichel.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que, tal como já havia sido referido várias vezes, o Mandato estava a terminar e gostaria de voltar a uma questão que já tinha colocado anteriormente, que era a situação das casas em ruínas, embargadas a seguir à Azóia, no caminho do Cabo



Assembleia Municipal de Sesimbra

Espichel. Disse ter sido feita uma Recomendação que julgava não ter sido o suficiente e que essa propriedade já havia sido transacionada, apresentado Projetos que julgava já estarem aprovados mas era certo que a situação se mantinha. Disse que, face ao investimento feito, e bem, no Cabo Espichel, nomeadamente na Casa da Mãe d'Água, na recuperação do aqueduto estranha estas casas estarem assim há tantos anos e considerando que o Edifício na Rua Alberto Leite, em Santana, se encontrar em risco de derrocada e que o município assumira essa iniciativa de demolição que depois imputaria ao proprietário, assunto esse que iria ser resolvido, e no caso destas casas, era a imagem que ficava para quem visitava o Cabo Espichel pois muitas pessoas não vinham a Sesimbra. O Deputado disse que já era tempo de comunicar ao proprietário das mesmas que as eliminasse e esperava que, quem estivesse à frente dos destinos da Autarquia no próximo Mandato, resolvesse esse problema porque não fazia qualquer sentido serem mantidas. Ainda sobre o Cabo Espichel, disse já ter ouvido vários comentários sobre o Aqueduto mas gostaria que o Presidente da CMS confirmasse e que tinham sido que as obras feitas tinham merecido uma avaliação e um Parecer favorável das Entidades competentes sobre os materiais utilizados e a configuração atual. O Deputado disse ter visto o Projeto recentemente apresentado, algo defendido muitas vezes na Assembleia Municipal, que era o edifício que centralizasse os serviços municipalizados. Solicitou que o Presidente se sensibilizasse para aquilo que também tinha sido alertado, face ao avanço e concretização do mesmo, se a Autarquia estava preparada para se libertar dos espaços hoje alugados e que não tinha sido decidido manter-se e que, eventualmente, imóveis, que não tendo utilidade direta de usufruto da Câmara, que os alienasse, para que o investimento líquido fosse mais baixo, pois não fazia sentido fazer um investimento destes para que depois se mantivessem os espaços alugados. -----

-----Referiu que no início do ano, a Transferência de Competências que não tinha sido assumida, havia passado a ser automaticamente transferida para a Autarquia e perguntou como estava a decorrer este processo. Disse também ter havido em fevereiro, uma visita pedagógica do Conselho de Prevenção da Corrupção sobre o Plano da Corrupção de Riscos do Município de Sesimbra e perguntou qual a utilidade, se tinham sido sentidas vantagens desta visita e se seria necessário alterar algo em relação a esta questão.

-----Relativamente a uma visita do Vereador Francisco Luís à lagoa de Albufeira, na sequência da circulação de veículos motorizados nas suas margens e áreas adjacentes, disse ter sido referido pelo mesmo, que o objetivo era tomar ações urgentes a serem assumidas no futuro. O Deputado perguntou ao Vereador o que estava previsto para resolver esta questão. Para terminar, perguntou qual a situação atual do Concelho, relativamente à pandemia e vacinação.-----

-----Foi cedida a palavra à **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel dos Santos**, que

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que a sua primeira questão se prendia com o facto de as Juntas de Freguesia e a Câmara, igualmente, se encontrarem a reportar à DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais), desde junho de 2020, os gastos que tinham tido com a pandemia, nomeadamente com os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e, questionada a DGAL sobre a eventualidade de serem ressarcidos dessas verbas, dado que tinham sido gastas para apoio à população de uma forma mais rápida e num curto espaço de tempo como às Forças de Segurança, Saúde, IPSS's e também para os próprios. Informou que até ao momento, a Junta de Freguesia do Castelo não tinha recebido qualquer resposta e perguntou se a CMS já teria alguma informação relativamente a essa situação e se, eventualmente, estas verbas seriam ressarcidas a todas as Autarquias Locais, sabendo que existiam outras Juntas de Freguesia, não só no Concelho de Sesimbra mas noutros Concelhos que se encontravam também com esta dúvida. Perguntou também se, ao fim de todos estes meses, a Câmara Municipal já tinha alguma resposta do Ministério do Ambiente, relativamente aos sucessivos pedidos de reunião para saber o ponto de situação do Aterro do Zambujal. -----

-----A **Deputada Andredina Cardoso** teve o uso da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes e disse que as suas questões eram dirigidas à Vice-presidente da CMS. Disse ter havido uma reunião, em fevereiro, com os Agrupamentos de Escolas para fazer o balanço do ano letivo em contexto de pandemia e que agora se tinham iniciado as aulas, com o desconfinamento, e perguntou como é que tinha decorrido essa reunião e qual a nota que havia, neste momento, com o retomar das aulas. Referiu ainda outra reunião, no dia 24 de março, com o Banco Alimentar contra a Fome, relativamente aos apoios sociais e questionou como estava o Concelho relativamente a esta questão das situações de carência e apoios sociais. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que questionou o ponto de situação atual da Revisão do PDM e também perceber melhor, relativamente à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, a questão do conflito com o empreiteiro e como se estava a desenvolver a situação. Em relação ao café/restaurante do Parque da Maçã, perguntou se tinha havido alguma evolução desde a concessão que tinha sido anulada e quais as previsões para que o mesmo voltasse a abrir, uma vez que o Parque já começava a ser utilizado.

-----O Deputado tentou perceber se tinha algum fundamento, uma Carta Aberta de um conjunto de munícipes, que tinha saído num jornal local no mês passado, sobre o acesso ao castelo e a reabilitação da estrada de acesso ao mesmo, na qual era referido que o atual passeio não era adequado. Perguntou se a CMS tinha conhecimento dessa reclamação. Para terminar, o Deputado perguntou qual o ponto de situação sobre a Transferência de Competências para o Município, quais as que se estavam a efetivar e para quando

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

se perspectivava, as que ainda não tinham sido transferidas, que passassem para o Município. -----

-----Tomou do uso da palavra o Deputado José Guerra, que questionou a situação do Palácio da Justiça e também em que ponto se encontrava a questão do Cabo Espichel e se tinha chegado a haver acordo com a Igreja relativamente à construção de uma Estalagem.-----

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que disse que depois do verdadeiro estado de choque em que tinha ficado depois das últimas apreciações da atividade municipal, tornava-se mais difícil continuar a fazê-las mas tentar-se-ia chegar ao concreto. Referiu que uma das informações recebidas pela Assembleia Municipal, tinha sido a resposta da Assembleia da República a um pedido de esclarecimento por parte do PCP sobre o Aterro do Zambujal e, a certa altura, a resposta referia que a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) se encontrava a desenvolver os procedimentos necessários para a contratação do referido estudo, diga-se, Plano de Recuperação e Limpeza do Aterro do Zambujal, que no âmbito do Fundo Ambiental, teria uma verba de 200.000€ para ser concretizado. Disse que se tratava do Plano e não propriamente a Recuperação. O Deputado perguntou o que é que o Município sabia mais sobre esta matéria, que medidas tinha tomado, desde a última vez se tinha falado do assunto nesta Assembleia, sobre o seu acompanhamento destes Procedimentos para a contratação do referido estudo, se eram conhecidos os termos de referência, se a CMS estaria a par do Caderno de Encargos e a acompanhar o Concurso. A questão seguinte tinha a ver com a informação dada pelo Vereador José Polido numa reunião de Comissão sobre a aprovação do Projeto dos biorresíduos e perguntou o que é que poderia ser dito sobre isso em termos da sua implementação e quais os resultados esperados num médio prazo. Referiu também uma reunião, em fevereiro, com a Vice-presidente sobre o Programa da Orla Costeira do Espichel-Odesseixe com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e questionou o que se poderia adiantar em relação ao estado em que o Programa estava, pois na sua versão original, tinha uma série de pontos que não eram muito enquadráveis, pelo menos, para a realidade de Sesimbra.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente**, que disse que perante o estado de emergência, resultante da pandemia, tinha-se ouvido dizer que tinha havido apoios, Protocolos e o que se tinha esquecido o Governo era que o funcionamento de algumas respostas sociais tinha deixado de existir e deixando de haver estas respostas, a situação financeira destes Movimentos Associativos tinham-se agravado significativamente, ou seja, durante um longo período de espaço de tempo, as famílias deixaram de pagar as suas mensalidades, o que complicou os orçamentos deste tipo de Movimento Associativo. Referiu que, tal como era sabido, este Movimento Associativo tinha-se substituído às funções do Estado mas os prejuízos de que falara há pouco, alguns deles, falava-se mesmo do risco de virem a encerrar. Disse

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que por um lado, as IPSS's eram um instrumento do Estado da Proteção Social, por outro, o estado tinha que pensar nos cidadãos que precisavam desse apoio e então, o Governo dizia que tinha sido transferido para este setor, cerca de 1.500 milhões de euros mas metade desse valor regressava precisamente ao Estado. O Deputado questionou quanto é que já tinha saído dos cofres desta Autarquia para o apoio a todo o Movimento Associativo de Sesimbra. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse ter duas questões que já tinham sido colocadas e que tinham a ver com o novo Tribunal e o Posto Territorial da GNR da Quinta do Conde mas entretanto, teria outra pergunta a fazer. Disse que se tinha ouvido falar do fim do contrato do Estado Português com o SIRESP e que, nesta Assembleia Municipal, já tinha sido levantada uma questão sobre as zonas negras do SIRESP no Concelho de Sesimbra. Disse que com a pandemia, muita gente tinha começado a usar a natureza para fazer caminhadas, as zonas das arribas e serras e pensava até que já tinha havido um acidente na zona do Ribeiro de Cavalo com alguém que tivera de ser socorrido e perguntou se a CMS tinha acompanhado este processo do SIRESP e quais eram as perspetivas do seu funcionamento a 100%.-- -----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que relativamente à Variante Carrasqueira-Porto de Abrigo, disse que na Proposta do PRR apresentada a Bruxelas, disse que não vinha nenhuma menção à intervenção deste investimento, sendo que o proposto pela CMS, qualquer que fosse o contributo público da Câmara em Sede de discussão do PRR, ou a tomada de posição em Carta Aberta enviada à Tutela, inclusive ao Primeiro-Ministro e subscrita por praticamente todos os operadores do Porto de Sesimbra, nomeadamente os relacionados com a Pesca, e que apontava para uma solução que o Município já tinha indicado ao Ministro das Infraestruturas que a solução poderia ser A ou B se fosse apenas até ao Zambujal, sem as obras de arte que estavam previstas nesta Variante nas Covas da Raposa. Disse que a solução B fazia a ligação ao Parque Industrial do Zambujal e de certa forma, como tinha sido também transmitido ao Primeiro-Ministro, era uma solução de mitigar o problema da saída das viaturas pesadas do Porto de Abrigo e esta ligação permitiria uma expansão a seco do Porto e eliminaria do troço, aquilo que tivera, não uma avaliação de impacto ambiental negativa mas um troço que tinha tido um Parecer desfavorável por parte do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas), aquando do último estudo de impacto ambiental, realizado em 2012. Disse que com a criação deste troço alternativo, e utilizando a Plataforma existente, não havia motivo nenhum para que a mesma não fosse concretizada. Referiu que a Autarquia também tinha manifestado disponibilidade para ser a dona da obra através de um Contrato Interadministrativo com as Infraestruturas de Portugal. -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre as questões colocadas pela Deputada Paula Rodrigues, disse ter sido uma Sessão sobre o Festival Gastronómico e relativamente ao Centro de Vacinação de Sesimbra, disse ter tido uma reunião na passada segunda-feira com o Presidente do ACES, na qual tinha sido informado que Setúbal teria um problema similar ao de Sesimbra no que dizia respeito à freguesia de Azeitão, uma vez que a deslocação dos seus utentes também tinha de ser feita para Setúbal, uma vez que não havia qualquer Centro de vacinação montado, a diferença com Sesimbra, que já tinha um Centro montado, com indicação do ACES, desde o dia 5 de março, e que aquilo que tinha ficado acordado com a ARS (Administração Regional de Saúde) tinha sido que dentro dos próximos dias, deduzindo que no máximo de 2 semanas, o Centro de Vacinação de Sesimbra começaria a funcionar. Disse também ter havido um compromisso, e este sem garantia imediata de haver uma tentativa de reforço dos Técnicos de Saúde para Sesimbra e para Setúbal, para que com a abertura dos Centros de Vacinação de Sesimbra e Azeitão, não viessem a prejudicar os Centros já existentes e fossem cumulativos e neste momento, a própria perspetiva da ARS era que o processo iria entrar em velocidade cruzeiro e que se justificava ter dois Centros de Vacinação quase em plena capacidade de execução sendo que para Sesimbra, este curto espaço de tempo para abrir o Centro de vacinação de Sesimbra seria feito na mesma medida naquilo que a CMS tinha proposto há alguns meses atrás que seria a existência de um determinado número de dias na Quinta do Conde e determinado número de dias em Sesimbra, com a deslocação da equipa técnica entre os dois Centros que a CMS assegurava em termos de logística e funcionamento dos mesmos, uma vez que não havia recursos para o efeito, de imediato, significando que, se não fosse rececionada nenhuma informação direta do ACES até segunda-feira, iria tentar-se perceber de novo o ponto da situação, pois tinha sido uma orientação da própria ARS. Já no Centro de Vacinação de Azeitão, a situação era diferente porque o Centro de Vacinação de Setúbal tinha capacidade para 970 utentes diários, o da Quinta do Conde tinha 14 profissionais para 650 utentes e o que estava previsto abrir em Azeitão seria para retirar capacidade de intervenção do de Setúbal, distribuindo por Azeitão, numa versão mais reduzida. -----

-----Relativamente à questão sobre a abertura da Lagoa de Albufeira, disse que o Procedimento de tramitação estava a decorrer para a locação de maquinaria e que estava previsto, na segunda semana de maio, tendo em conta as condições das marés. Esta intervenção estava já articulada com a APA e a ARH-Tejo e Oeste (Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste) e a informação técnica que tinha, quer dos Técnicos da Autarquia, quer, sobretudo, dos Técnicos da APA, era que uma abertura o mais retardada no tempo e mais próxima da época balnear, maior segurança traria do ponto de vista da não necessidade de fazer reaberturas constantes, o que desonerava um pouco aquilo que era a respetiva intervenção.

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Informou ainda que a Lagoa já não era aberta no período tradicional (Sexta-feira Santa), desde 2018. O Presidente recordou que desde que o município tinha aberto neste dia, havia sido em 2017 e que tinha gasto mais de 100.000€ naquela intervenção, depois de ter sido aberta por 4 vezes. Quanto à questão do assoreamento, disse que havia um estudo para três soluções e que a solução defendida pela Autarquia era a mesma que a ARH defendia, com abertura numa canal muito mais profundo com o recurso a draga e a informação que se tinha, do próprio Vice-presidente da APA, era que a mesma não ocorreria antes de 2022, por questões orçamentais. Referiu que tinha sido considerado um desassoreamento na zona mais a Sul da lagoa de Albufeira, na zona do restaurante, e neste momento, havia apenas uma questão para finalizar este estudo que era saber onde se iriam depositar os sedimentos. A existir, esta operação tinha estimado, cerca de 2 milhões de euros para a sua realização. -----

-----Sobre as questões levantadas pelo Deputado Lobo da Silva, disse que os pontos negros do SIRESP se mantinham, pois não havia nenhuma informação em contrário. Relativamente ao CROAC (Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia)/Cemitério de animais disse não estar previsto nenhum cemitério para animais. Relativamente ao Cartão de Combatentes, não tinha recebido qualquer informação, Para o cabo Espichel, disse que a Igreja também tinha delegado no Turismo de Portugal a parte pertencente à Ala Sul para o lançamento de um Concurso único, tendo ficado tudo estabilizado. Havia dois concedentes para um futuro Concessionário, cada um com a sua propriedade e estava já agendada, para a manhã do dia 18 de maio, a Cerimónia de lançamento do Concurso com a presença do Presidente da República e do Ministro da Economia. -----

----- Quanto às questões sobre a Escola Secundária da Quinta do Conde, o novo Centro de Saúde da Quinta do Conde, a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse que estava feito um pedido de reunião que incluía a questão de resposta ao Secundário e a Portaria de Extensão de Encargos da Navegador Rodrigues Soromenho desde o dia 05 de janeiro e que em março, esse pedido de reunião tinha sido reforçado. Relativamente ao Centro de Saúde da Quinta do Conde, e aproveitando a reunião na passada terça-feira com a ARS, sobre os Centros de Vacinação, disse que tinha falado com o Vogal que acompanhava a parte do Património e que lhe tinha sido dito que a Portaria da Extensão de Encargos havia sido solicitada às Finanças, por parte da ARS e já com o visto da Secretária de Estado da Saúde e, a exemplo do Tribunal, estavam as duas obras a aguardar que o Ministério das Finanças pudesse validar a Portaria da Extensão de Encargos para poder ser publicitada, o que, no caso do Tribunal, já era a terceira Portaria a ser solicitada porque por cada ano que passava, tinha de ser feito um novo reescalonamento dos encargos plurianuais. Afirmou que por vezes, tinha de se “apertar” as Finanças, mais do que as outras Tutelas. Referiu que,

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

relativamente ao Centro de Saúde da Quinta do Conde, a solução preconizada era uma Unidade de Saúde Familiar tipo B para dar resposta a 11.400 utentes, embora não fosse a resposta para resolver todos os problemas da freguesia da Quinta do Conde e tinha uma “nuance” de ser um equipamento que não era oneroso e que a estimativa de custos era de 992.000€ + IVA e que tinha um financiamento de 50% do PORLisboa, ou seja, se o Procedimento não fosse lançado até ao final do 1º semestre deste ano, não haveria margem para executar esta intervenção até ao final do Programa que seria 2023 e estava-se a perder Fundos Comunitários que nem sequer eram 50% do Orçamento de Estado, o que não fazia qualquer sentido. -----

-----Sobre as questões da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, disse que hoje tinha sido o último dia para o envio das propostas e que tinham sido rececionadas três, cujo teor ainda não conhecia, significando que havia empresas interessadas e que se tudo corresse bem, seria possível que a obra fosse retomada entre os meses de junho e julho. -----

-----Relativamente à Unidade de Saúde de Sesimbra, disse que a Autarquia ainda não tinha feito nenhum pedido de pagamento à ARS-LVT. Em relação ao quartel da GNR da Quinta do Conde, disse que já estava na posse da CMS, um programa preliminar por parte da GNR e acrescentou que a própria GNN tinha pedido mais uma adenda ao Protocolo existente, sendo já a segunda a ter de ser presente a reunião de Câmara. Informou que este Programa preliminar estava a ser trabalhado entre as duas equipas de Projetistas, a da CMS e da Direção-Geral do MAI (Ministério da Administração Interna). Ainda sobre esta matéria, disse que, na melhor das hipóteses, no final do ano já haveria um Projeto. -----

-----Sobre a inauguração do Hospital do Seixal, o Presidente disse que gostava de ter boas notícias para dar mas o que se sabia era que no PRR estava previsto o equipamento, significando que se havia um equipamento, havia uma pretensão da Administração Central em poder ter a construção pronta para o poder equipar. Disse também saber, pela ARS, que havia um processo judicial, neste momento em curso, que tinha a ver com o Concurso para elaboração de um Projeto e já se encontrava há um ano em contencioso sem que tivesse sido tomada uma decisão do Tribunal. -----

-----Sobre a questão colocada pelo Deputado João Rodrigues em relação às casas em ruínas junto ao Cabo Espichel, disse que no âmbito da operação de licenciamento desse empreendimento turístico, estava prevista a demolição do conjunto das mesmas que tinham, pelo menos, 47 anos de existência e que se esta situação fosse resolvida nos próximos anos, mesmo não sendo ainda neste Mandato, já seria um ganho muito bom. Relativamente à demolição realizada em Santana, disse que a mesma tinha sido suportada pelo próprio proprietário. Sobre a questão do Aqueduto do Cabo Espichel e materiais, disse que esta reabilitação

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha sido feita com um estrito acompanhamento da Direção-Geral do Património Cultural, quer do ponto de vista da obra, quer em termos de Projeto. Referiu que o Projeto tinha levado a uma reconfiguração, sobretudo dos muros da cerca da zona da Casa da Água, resultando na avaliação e análise sobre a última fotografia a que tinha sido possível ter acesso relativamente àquele edificado. Disse que os materiais tinham sido todos definidos pela Direção-Geral do Património Cultural e disse que a memória visual das pessoas seria de 50 ou 60 anos para trás e que se via parte daquele troço particularmente “descalço” e com a pedra à vista e que se fosse vista a parte que estava tapada pela vegetação, a mesma mantinha-se quase intacta com o reboco original.-----

-----Sobre a Transferência de Competências, disse que, neste momento, havia apenas três que criavam alguma preocupação de futuro, como era o caso da Educação, Saúde e Ação Social. Referiu que, ainda este ano, teria de se olhar, sobretudo nos campos da Ação Social e Educação, e aprofundar ainda mais aquilo que era a estrutura orgânica da Câmara devido ao “peso pesado” que se iria receber, em particular na Área da Educação. Disse que, atualmente, o mais trabalhoso das matérias descentralizadas tinha a ver com as praias porque a CMS tinha recebido os Processos a “conta-gotas” e que havia 4 Entidades envolvidas e Processos que tinham transitado da Autoridade Marítima, da ARH Tejo e ARH Alentejo e ainda outros que não tinham transitado da APSS e que tinha sido acertado há cerca de três semanas atrás que, neste momento, era melhor não se transitar os documentos, tendo transitado apenas no final da época balnear. Disse ter havido uma dúvida, de parte a parte, sobre esta matéria, se os mesmos eram transitados ao abrigo do Decreto-Lei da Descentralização das Praias ou da Descentralização das Áreas Portuárias, tendo-se chegado à conclusão que seria pelo DL das Praias. Disse terem chegado Processos, em março, com necessidade de serem resolvidos, como era o caso de um Concessionário em Sesimbra, quase em “cima da hora” e com recurso a alguma ponderação jurídica porque terminava a concessão a dia 6 de abril. Disse haver também um problema na Aldeia do Meco de que haveria um diferendo judicial entre dois potenciais Concessionários e que a CMS estaria a trabalhar com a Autoridade Marítima, tendo até levado um Protocolo à última reunião de Câmara que, de certa forma, legitimava onde é que cada um destes Concessionários interviria e qual a colaboração que a Autoridade Marítima podia dar nesta matéria. O segundo assunto mais complexo tinha a ver com a questão do estacionamento e disse que as contraordenações com o estacionamento já estavam a ser reportadas, manualmente, ao Município pela GNR. Referiu que o município já tinha recebido na conta, uma série de pagamentos voluntários de contraordenações sem sequer ter os autos na sua posse e que se estava a “acertar passo”, por um lado, com as Forças de Segurança locais e por outro, na questão metodológica, ou seja, tinha havido dificuldade

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

da empresa servidora do principal *software*, a AIRC-Associação de Informática da Região Centro, em conseguir articular com a programação da Autoridade Nacional de Prevenção Rodoviária, e que era o Sistema de Contra-Ordenações de Trânsito (SCOT) e que tinha a ver com as credenciais para pagamentos.

-----O Presidente disse ainda que a CMS tinha enviado para as Infraestruturas de Portugal (há cerca de dois meses), um pedido que informassem quais os troços por via do Decreto-Lei da Descentralização que estavam passíveis de poderem ser assumidos pelo próprio município mas ainda não tinha sido rececionada qualquer resposta.-----

-----Relativamente à Visita Pedagógica sobre o Conselho de Corrupção, disse ter sido uma questão que já estava agendada antes da pandemia para o final de março de 2020 e que todo o Conselho da Corrupção era presidido pelo Diretor-Geral do Tribunal de Contas, pelo Inspetor-Geral de Finanças, Diretor-Geral do Ministério da Economia e outras Entidades, também com alguns convidados que, no fundo, sobretudo no caso das Autarquias, tinha a ver com os Planos de Prevenção para a Corrupção e Riscos Conexos. Referiu que as visitas se faziam de uma perspetiva regular e que eram de acompanhamento, partilha e informação. Estivera agendada para março, no Cineteatro Municipal João Mota, abrangendo maior número possível de pessoas, incluindo dirigentes e eleitos, entre outros e nessa altura, tinha sido pedido aos Líderes de bancada ou ao seu representante, que pudesse estar presente na reunião, o que acabou por acontecer por via digital, tendo sido partilhada alguma informação e que aquilo que podia dizer era que tinha corrido muito bem, tendo até havido alguns elogios à forma como a Autarquia fazia a Auditoria, que era integral e não apenas sobre as questões dos riscos previstos no Plano. Disse que este Plano fazia parte do Sistema de Gestão da Qualidade e que a Auditoria não incidia apenas nesse risco mas também num conjunto de outras matérias. Informou que tinha ficado também o compromisso da Câmara, com um conjunto de informações saídas nos últimos dois anos, de também se poder fazer uma adaptação e uma Revisão no espaço de um ano, adaptando-o, por um lado, a uma questão particular da Autarquia, que era a Estrutura Orgânica e por outro lado, também um conjunto de Recomendações emanadas, mais recentemente, pelo próprio Conselho.-----

-----Em relação à visita do Vereador Francisco Luís à Lagoa de Albufeira, disse tratar-se de um Processo que estava a ser acompanhado por um conjunto de Entidades, relativamente à mitigação de alguns abusos nos acessos da Lagoa e, mais uma vez, a Câmara assumia a responsabilidade, logística e materialmente, de efetuar as intervenções necessárias.-----

-----Em termos de pandemia, disse que a informação sobre a situação no Concelho não tinha sido recebida nos últimos dias mas que a última rececionada, no dia 26 de abril, dava conta de 71 casos ativos

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

no Concelho e que os números andavam por esses valores, uns dias com “zero” casos e outros com 3 casos mas estes números rondavam entre os 65 e 70 casos. Relativamente à vacinação, disse não ter ainda os dados atualizados mas que, neste momento, a primeira tomas das faixas prioritárias dos “mais de 80 anos” e dos “mais de 65 com patologias “ estavam quase concluídas e que, a centrar nestas próximas semanas, seria a vez das faixas dos “mais de 60 anos” sem quaisquer tipologias e por aí em diante, até maio, até à conclusão das duas tomas desta faixa etária. Salientou que dos 3 Concelhos de incidência do ACES-Arrábida, Sesimbra era o que, neste momento, tinha maior percentagem de vacinação. -----

-----Sobre a questão colocada pela Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, disse que os custos da pandemia eram mensalmente reportados à DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais) mas que não tinha qualquer informação. Disse que, por via da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), tinha havido alguma pressão para um reembolso destas despesas extraordinárias por parte dos Municípios e das Freguesias e que, em tempos, houvera a intenção de alocar uma verba de um Programa estrutural a esta matéria mas não tinha surgido nada. Disse saber que, neste momento, existiam algumas conversações para haver um reforço do Fundo Social Municipal por forma a poder-se colaborar para que este investimento fosse mitigado mas também não havia qualquer informação referente a esta matéria. -----

-----Relativamente ao Aterro do Zambujal, disse que, infelizmente, por parte do Ministério do Ambiente, as respostas que a Autarquia sabia eram as mesmas que eram reportadas aos Grupos Parlamentares. Disse ainda haver uma série de incorreções, quer da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), que tinha informado o Ministério, quer do próprio que tinha as informações e que, para além de uma ausência de resposta para um pedido de reunião, havia também uma ausência de resposta total a um conjunto de missivas enviadas pela CMS e todas as questões, quer fossem reportadas por particulares, evidências da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia do Castelo, quer fossem questões colocadas pela empresa exploradora ou pela empresa proprietária, eram, todas elas, reportadas ao Ministério do Ambiente e não podia acreditar que nesta última resposta, alguém viesse dizer que, de acordo com a CCDR, se dizia que desde dezembro de 2019, não tinha havido mais nenhuma incidência de depósitos no Aterro, o que era falso e que a CCDR e o Ministério do Ambiente tinham estes dados na sua posse, dados que a Câmara tinha levantado de empresas que tinham os talões dos depósitos de janeiro e fevereiro de 2020. Disse ainda que a CMS tinha documentos da CCDR que assumiam ter havido depósitos depois do Recurso Cautelar que tivera decisão do Secretário de Estado do Ambiente. O Presidente disse querer acreditar que esta colocação de 200.000€ no Fundo Ambiental, aparentemente, de uma informação oficiosa e não oficial, ainda iria obrigar a que a CCDR fizesse a Programação do Procedimento que queria.

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Presidente acrescentou que as respostas do Ministério do Ambiente eram, quase desde o início deste Processo, nenhuma.-----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Sérgio Faias sobre o PDM, disse que a proposta final estava praticamente fechada e que a Câmara estava em concertação com a CCDR e com a APA, fruto de uma questão que tinha surgido no final de 2020, da Revisão dos Procedimentos, relativamente à proposta de REN e que obrigavam, segundo alguma interpretação, sobretudo da APA, a estudos geotécnicos em algumas zonas, o que não estava previsto na versão anterior e que já estavam, inclusivamente, consertadas, quer com a Apa, quer cm a própria CCDR.-----

-----Em relação à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, não havia qualquer novidade mas podia dizer que, neste momento, a expectativa da CMS era que, pelo menos por parte da Secretária de Estado da Educação, houvesse uma resposta para que se pudesse iniciar o lançamento do Procedimento contratual para a 2ª fase da obra. -----

-----Sobre a cafetaria do Parque Augusto Pólvora, disse que, neste momento, a previsão era que o Procedimento pudesse ser lançado já durante os meses de julho ou agosto e que tinha havido alguns potenciais interessados que já tinham contactado a Câmara, cada um deles com uma versão diferente. Disse que já tinha havido um Procedimento que tinha ficado deserto, uma outra situação de ajuste direto que não tinha corrido bem e que o Procedimento que estava a ser preparado seria para garantir a possibilidade de uma, entre duas soluções, para que pudesse haver mais concorrentes. Uma solução seria a reabilitação do edificado já existente com um Projeto elaborado pela Câmara, ou uma solução que seria deitar abaixo o edificado e construir um de raiz e que, no essencial, era o que estava a ser preparado do ponto de vista jurídico. -----

-----Relativamente à Carta Aberta no jornal local do Castelo, confessou não ter visto porque não tinha lido o jornal, pois o mesmo não tinha chegado à Câmara Municipal. Questionou se a mesma teria a ver com a intervenção feita pela CMS com a construção de um passeio na estrada do Castelo e que o Vereador poderia dar depois um melhor esclarecimento obre esta matéria. -----

-----Em relação ao Movimento Associativo, disse que no ano passado, a Câmara tinha tomado uma deliberação, já reforçada este ano, com participações do município, de que índole fosse, para o Movimento Associativo, quer fossem Contratos de Programa da parte desportiva, que tinha sido inexistente por ter estado parada e que obrigava a que os jogadores fossem federados, bem como na parte Cultural, cujos eventos também não se tinham realizado. Referiu que tudo o que eram os apoios da CMS entregues no ano anterior, seriam transferidos no presente ano. O Presidente disse que, neste momento, podia dizer

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que a Feira Festa não seria feita nos mesmos moldes de anos anteriores e que estava a ponderar que aquilo que era o apoio do subsídio transferido para a Feira Festa, pudesse ser transferido e distribuído de forma equitativa e ponderada por aquilo que eram as Associações que normalmente, estavam também presentes na Feira Festa e não seria da parte da Câmara que deixaria de haver esse apoio e que muitas vezes, era graças à comparticipação do município e das freguesias, o garante da sustentabilidade e vivência do Movimento Associativo, senão, muitas delas já teriam fechado portas. Relativamente à Administração Central, disse que não estava previsto qualquer apoio, a não ser os Programas normais para reabilitação de instalações, não estando previsto qualquer Programa de apoio extraordinário no PRR nem em nenhum outro Programa. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino** que disse ter tomado conhecimento, através das redes sociais, da contestação à obra que tinha sido feita. Disse que esta contestação se referia à existência do passeio criado, porque ninguém conseguia passar. Referiu que também tinha sido colocada a questão da própria dimensão do acesso em termos de circulação de duas viaturas em sentidos opostos. Informou que, oficialmente, a Autarquia não tinha recebido qualquer carta e que esta informação tinha chegado até si através dos técnicos da Câmara, por este motivo, não ter sido dada resposta. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que disse que a CMS havia realizado uma Candidatura aprovada, cujo montante era de 950.408,70€, onde se iria buscar o financiamento máximo no valor de 500.000€, ou seja, cerca de 50%. Referiu que esta Candidatura aos biorresíduos tinha três ações, uma diretamente dirigida à população, uma outra dirigida diretamente à restauração e uma terceira dirigida aos locais da reposição REMOVE e sobretudo, a dois que iriam ser criados, um na Boa Água e o outro na Charneca, para além do já referido na Maçã. Disse que na ação dirigida à restauração, a Autarquia iria contemplar 105 restaurantes, ambos nas Freguesias do Castelo e Santiago. Iriam também ser contemplados 1942 alojamentos na Quinta do Conde, sendo que iriam ser abrangidos cerca de 4855 habitantes. Referiu que na Boa Água I e na Cova dos Vidros, iriam ser instalados 18 contentores com alguma dimensão (3.000 litros cada um) e 1945 contentores de 35 litros para distribuir à população. No caso da restauração, iriam ser distribuídos 105 contentores de 120 litros, porque não tinham sido considerados os equipamentos de substituição nestas Candidaturas. Disse que para fazer face a este serviço, a Câmara iria adquirir duas viaturas, uma para a parte da restauração e a outra para a questão da recolha, contemplando um total de quase 5 mil habitantes e 105 restaurantes. Disse ainda que inicialmente, havia uma Candidatura de 2 milhões de euros mas que a mesma não tinha sido aceite, ao contrário desta agora de quase 1 milhão de euros e que seria implementada. -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador Francisco Luís** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Presidente da CMS já havia clarificado a questão relativamente ao SIRESP, e que em relação ao acidente referido pelo Deputado Rui João Rodrigues, a evacuação não tinha sido realizada por terra mas pelo mar, por parte da Autoridade Marítima e que em muitos casos, era assim que teria de acontecer porque a evacuação por terra era muito mais complicada. Sobre a questão da Lagoa de Albufeira, disse ter havido uma visita de trabalho na qual tinha estado presente, com duas Técnicas do Gabinete Municipal do Ambiente e Sustentabilidade, uma representante das Obras Municipais e a Proteção Civil. Esta visita devera-se ao facto de a Autoridade Marítima, porque muita daquela área era de domínio público marítimo, ter dificuldade em conter aquilo que eram os excessos e o abuso que se fazia daquele território por parte de objetos motorizados. Disse que a opinião da Autoridade Marítima era que seria muito mais eficaz limitar este tipo de abusos com obstáculos físicos, o que muitas vezes não era possível, nem esteticamente nem visualmente era o mais interessante, mas que nos casos possíveis, era o que se faria. Acrescentou que nessa mesma visita, também tinha sido abordada a questão do acesso ao Plano de Água, em que seriam clarificados os locais em que teriam de ser feitos os acessos ao mesmo e em que locais se poderia sair para aceder à área terrestre. Informou que a CMS se tinha disponibilizado para fazer todas as obras necessárias para a resolução destes problemas e que inclusive, também tinha sido abordada, até com alguns operadores locais, a retirada de algumas construções muito precárias existentes para que aquele território ficasse mais ordenado, numa 1ª fase, até avançar uma 2ª fase onde teria lugar uma obra muito mais pesada com a requalificação de toda a área. O Vereador complementou ainda a informação que o Presidente havia dado relativamente aos números da Covid e disse que com os 71 casos ativos à data do dia 26 de abril, e os números hoje revelados pela DGS (Direção-Geral da Saúde) eram de 23 casos por 100.000 habitantes nos últimos 14 dias.-----

-----Interveio a **Vice-presidente da CMS, Felícia Costa**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a reunião de concertação com a APA relativamente à breve publicação do Plano de Ordenamento do Cabo Espichel-Odeceixe tinha sido a segunda reunião realizada com a APA. Disse que, tal como o Presidente da Câmara já tinha referido, quase todas as questões levantadas tinham sido aceites pela APA e acreditava-se que quando o Plano fosse publicado, grande parte das preocupações da CMS estariam sanadas nesta publicação. Disse que o mesmo ainda não havia sido publicado pelo diferendo existente entre a APA e o ICNF, que estaria em fase de resolução e que, neste momento, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira no que dizia respeito ao Cabo Espichel-Odeceixe, estaria publicado em breve. Disse que seria bom se o fosse rapidamente porque uma das questões que ainda faltavam para se poder finalizar o PDM, era

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

exatamente a transposição dos Planos especiais para o PDM e neste momento, estava-se a concluir, o que se pretendia fazer até ao final de julho, a transposição dos outros Planos, nomeadamente do Plano de Ordenamento de Sintra-Sado e de Alcobaça-Cabo Espichel e seria bom que, na mesma transposição, o Plano Cabo Espichel-Odeceixe pudesse ser já incluído e que se tal não fosse possível, seria um outro trabalho que acrescentaria uma demora na conclusão do PDM, que teria de ter vertido estes Planos especiais e que se, entretanto, este fosse publicado, tanto melhor. Informou que outra questão que não estava a deixar que o PDM estivesse ainda concluído, era o facto de terem saído novas regras em relação à integração dos limites da REN e que não eram anunciadas até ao final do ano passado, o que implicariam a elaboração de novos estudos, designadamente estudos hidrográficos, levando a que houvesse um atraso nos tempos previstos para a conclusão do PDM. -----

-----Relativamente às questões colocadas pela Deputada Andredina Cardoso, disse que a Divisão da Educação fazia reuniões regulares (semanais) com todos os Agrupamentos de Escola para perceber qual o ponto de situação em relação às necessidades que a própria pandemia tinha trazido ou às necessidades que as aberturas e encerramentos sucessivos vinham trazendo aos Agrupamentos e de que forma a Câmara Municipal poderia facilitar um decorrer das aulas o mais normal possível. Disse que esta reabertura final tinha sido o mais normal possível com aquilo a que os Agrupamentos já iam estando habituados e que tinha sido reportada alguma tranquilidade pelos próprios e não havia grandes anomalias a reportar, para além de toda a situação que as famílias, alunos e as próprias escolas tinham sofrido durante este período.- Em relação à reunião com o Banco Alimentar, disse ter sido solicitada pelo banco Alimentar para a CMS auferir da possibilidade de reforço de alguns apoios que a Câmara já tinha dado em anos anteriores. Referiu que no ano passado, tinha sido atribuído um subsídio de 5.000€ ao Banco Alimentar e que o reforço solicitado este ano, tinha sido considerado possível de dar e que seriam mais 1.000€. para além deste pedido, o Banco Alimentar solicitou também um apoio financeiro de mais 1.000€ para a aquisição de um camião para o transporte de mercadorias, o que já tinha sido aprovado em reunião da Câmara Municipal. A Vice-presidente referiu que este pedido para a aquisição desta viatura tinha sido solicitado a todas as Câmaras Municipais do distrito de Setúbal. Disse ainda que para além deste apoio ao Banco Alimentar, a CMS veio reforçar o apoio financeiro e logístico a todas as Instituições do Concelho em termos de apoio para famílias com carências financeiras e sociais e o apoio alimentar era apenas uma dessas linhas de financiamento ou de apoio, não apenas diretamente às famílias e disse ser conhecido de todos, porque tinha vindo a ser falado, quer nas reuniões de Câmara, quer nas Assembleias Municipais, aquele que era o ponto da situação dos apoios dados pela Autarquia e Juntas de Freguesia às várias Instituições do Concelho, cuja rede social

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

se tinha fortalecido em torno das famílias, por via das necessidades apresentadas, devido ao desemprego, muito derivado pelo encerramento de alguns setores da nossa economia. Disse que com o estabelecimento desta rede e com o reforço em termos financeiros, não havia carências no Concelho de Sesimbra. Salientou que este reforço tinha sido dado, não através de um reforço do fornecimento de alimentos mas também ao nível do reforço dado à população escolar ao nível das refeições e do leite e fruta escolar para que não houvesse fome no território do Concelho de Sesimbra. Disse ainda que, para além destas questões do reforço alimentar, a Câmara tinha reforçado também o atendimento psicológico e o atendimento em termos de resposta ao nível de outras solicitações que eram colocadas ao nível de produtos de higiene, vestuário e calçado. Para terminar, disse que a resposta social dada no Concelho de Sesimbra tinha sido dada de uma forma eficaz e que as situações mais dramáticas estavam totalmente controladas e com todo o apoio que era necessário. -----

-----Em relação à questão colocada pelo Deputado Lobo da Silva sobre a assinatura do Protocolo, disse que era mais uma resposta social a acrescentar a tantas outras que a Autarquia já dava. Disse que o mesmo tinha surgido da necessidade de se criar um Grupo de Trabalho, criado muito antes da pandemia, onde estava, não apenas a Câmara Municipal mas também a Saúde, a Segurança Social e a Procuradoria-Geral da República. Referiu que a CMS estava com este Protocolo a finalizar a formalização da participação do Ministério Público neste Grupo de Trabalho que tinha surgido pela necessidade detetada de tornar mais céleres as respostas dadas a pessoas com problemas de saúde mental. Disse serem conhecidos muitos casos e muitas vezes, só eram conhecidos quando eram reportados pela comunicação social, tal como tinha acontecido com uma situação ocorrida na Quinta do Conde há relativamente pouco tempo, situação esta que já tinha sido reportada pela CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Sesimbra às Entidades competentes, nomeadamente ao Tribunal. Disse ter demorado algum tempo, pois a Autarquia tinha muitos Processos que quando eram reportados a quem devia agir, chegavam a demorar 5, 6 e 7 meses e muitas vezes, 1 e 2 anos. Por este motivo, a necessidade de se criar um Grupo de Trabalho que reunisse à mesma mesa, todos os intervenientes neste tipo de processos onde era necessário intervir, sobretudo quando havia situações de saúde mental detetadas e que levavam a que os munícipes não tivessem muitas vezes a resposta adequada áquilo que era a procura da Autarquia. Muitas destas questões só poderiam ser depois resolvidas por ordem do Tribunal e que se o Ministério Público não estivesse do lado da Câmara para perceber a necessidade de resolver algumas das solicitações com a maior brevidade, muitas das vezes tentava-se resolver o problema mas não se conseguia coisas tão básicas para a sua



Assembleia Municipal de Sesimbra

resolução que era a impossibilidade, por exemplo, de entrar em casa da família ou situação que estava referenciada. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que a sua intervenção tinha a ver com a Transferência de Competências no domínio das Praias ao Abrigo do Decreto-Lei nº97/2018, que tinha entrado em vigor no dia 1 de janeiro de 2021 e a partir desse momento, essas competências tinham sido transferidas para a Câmara Municipal, significando que as Entidades que anteriormente exerciam essas competências estavam impossibilitadas de fazer a cobrança das respetivas taxas e tarifas e que teria de ser o Município a fazer a mesma. Disse que algumas destas taxas e tarifas não estariam incluídas no Regulamento do tarifário do Município e não sabia se já teria sido feita essa alteração e perguntou com que base legal é que esses valores poderiam ser cobrados, uma vez que era a APA e demais Entidades que faziam o exercício da Atividade Portuária nesses locais e já não os podiam exercer. -----

-----Interveio o **Presidente da CMS**, que disse que havia matérias e taxas que eram possíveis e outras que não o eram. Disse não haver ainda uma clarificação total por parte das diversas Tutelas que tinham incidência sobre esta matéria e, aparentemente, a taxa de recursos hídricos era possível de receber porque resultava da Lei, já as de concessão de domínio hídrico nem tanto, as de venda ambulante também eram recebidas e aquilo que era sabido, neste momento, era que com a exceção da APSS era que ainda não se tinha essa informação mas há cerca de 15 dias ou um mês, tinha sido acertado que só no final da época balnear é que a Autarquia receberia e a APSS entendia que deveria ser pelo Protocolo que no caso da ARH tejo e ARH Alentejo, tinha sido feito por Autos de Transferência e a verdade era que só em março/abril, é que a CMS tinha começado a receber os Processos relativamente aos Procedimentos e às Concessões existentes nas praias, quer na Costa Norte, quer na Costa Sul. Referiu que neste momento, havia concessões que a Câmara não iria poder receber porque não estava previsto na tabela de taxas, havia outros que, aparentemente, ainda sem certezas, eram passíveis de serem rececionados. No entanto, grande parte das concessões, no que dizia respeito aos apoios balneares e apoios de praia, e que eram rececionadas pela APA, tinham sido recebidas no início do ano passado, com reflexos para este ano. As únicas questões pendentes, era a situação no Meco que se encontrava em contencioso, uma situação do Zegre que tinha sido resolvida recentemente com uma deliberação da Câmara, não havendo forma de percecionar a taxa este ano e ainda qual o ponto da situação dos Concessionários que ainda estavam na área de influência de Gestão Portuária. -----

-----Referiu que o definido, do ponto de vista da orientação, era que não haveriam novos licenciamentos este ano e manter-se-iam todos os licenciamentos do ano passado, até porque já existiam

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

alguns pedidos de ocupação do domínio hídrico para algumas atividades desportivas e como não havia forma de poder receber essas taxas, entendera-se que alguma injustiça face aos que tinham pago, mesmo não sendo um pagamento efetuado ao próprio município.-----

-----Outra matéria, tinha a ver com o edifício e a operação do topo da Avenida da Liberdade que concentrava também na mesma, um edifício central de Serviços para o Município de Sesimbra. Referiu que a Autarquia, olhara desde o início, com vista a recuperar parte daquilo que era o estudo do Ordenamento da Avenida da Liberdade, de 2008, com dois pressupostos de preocupação que estavam em cima da mesa: o primeiro era que o terreno do estádio ainda estava em nome da alienação (*Obriverca*) feita em 2009. Existia um Processo em contencioso para reversão deste terreno para o município que era urgente resolver e o segundo problema era que grande parte dos pressupostos que tinham levado à elaboração do Estudo, que tinha a ver com um Protocolo de permuta de terrenos entre o município de Sesimbra e, à época, a *Sociedade Sesimbra 2000*, que tinha grande parte dos solos da parte nascente da Avenida da Liberdade, incluindo o terminal Rodoviário. Disse que esse Protocolo deliberado pela Câmara e do qual tinha sido feito um Acordo de Permuta de alguns solos do município com a *Sesimbra 2000* para que ficassem uniformes e um dos quais, o mais importante era um acerto a Norte do Estádio Vila Amália, uma parcela que seria importante para a conclusão da Variante de Argéis e a criação de uma rotunda também naquela zona e, mais importante ainda, a passagem de toda a parcela de terrenos junto ao edifício situado no meio do Terminal dos Autocarros para o município. Referiu que a Câmara era proprietária dos lotes confinantes com esse edifício e a parcela por detrás pertencia à *Sesimbra 2000* e neste momento era privada. Referiu nunca ter sido possível realizar essa permuta e neste momento era impossível fazer o registo na Conservatória porque não existia *Sesimbra 2000*, sendo uma massa insolvente e parte dos terrenos da *Sesimbra 2000*, pelo menos o lote de 800 metros em frente ao estádio, onde hoje se encontrava aquele estacionamento informal. Disse que um dos lotes tinha saído da massa insolvente e agora se encontrava em processo de alienação e nem sequer estava no conjunto do bolo das restantes propriedades da *Sesimbra 2000* e era importante haver uma solução que, por um lado, viabilizasse um edifício municipal, que estava previsto no estudo do ordenamento nos solos que hoje eram ocupados pelo Terminal Rodoviário e era preciso resolver a questão do mesmo que, neste momento, estava em solos privados e ainda a questão do estacionamento. -----

-----O Presidente disse que, relativamente à empresa que geria a massa insolvente, havia já um pedido de esclarecimento porque queriam vedar a parte do estacionamento, se bem que aquilo que tinha sido recebido sobre os acertos dos lotes não estava correto porque a Câmara também tinha algumas parcelas



Assembleia Municipal de Sesimbra

dentro daquela área e esse assunto tinha de ser resolvido com a Entidade que estava a tratar dos assuntos da massa insolvente e do administrador de insolvência mas, estava-se com um problema em mãos que rapidamente teria que ser resolvido. Disse que a primeira dimensão, que tinha a ver com a reversão da titularidade do prédio do Estádio Vila Amália, referente a 16.000 m² e que, no início de 2018, ainda com um conjunto de contactos com *OBRIVERCA*, também estava quase a entrar em insolvência, se tinha resolvido através de um contrato de extrato, o que evitara um contencioso que ainda durava no Tribunal Administrativo de Almada, tendo o terreno voltado à posse do município e ter sido registado. Disse haver 2 ónus que pendiam sobre este terreno: uma penhora da Autoridade Tributária e uma hipoteca voluntária também da Autoridade Tributária. Referiu que a CMS tinha reclamado junto da Autoridade Tributária do serviço de finanças de Vila Franca de Xira II, tendo sido dado deferimento ao levantamento da penhora, como não podia deixar de ser, porque havia uma cláusula resolutiva no próprio contrato com a *OBRIVERCA* e não fazia sentido haver a penhora mas não tinha havido deferimento ao levantamento da hipoteca, ou seja, a parcela de terreno mantinha-se com o ónus levantado. Disse ainda que, independentemente do procedimento administrativo e de reclamação hierárquica, face à decisão do Diretor do Serviço de Finanças de Vila Franca de Xira, a CMS tinha reclamado para os Serviços Centrais Tributários, tendo sido dada razão à Câmara e pedida a ponderação, tendo este serviço voltado a reiterar que não levantaria a hipoteca. Restou à CMS recorrer ao Tribunal Tributário e, entretanto, no meio de tudo isto, a Câmara tinha desenvolvido todo o Projeto que era aquilo que hoje já era mais conhecido, encaixando, face ao Projeto inicial a diminuição do Piso -2 que era retirado, bem como o Terminal dentro da zona de estacionamento e era consertado um edifício que incluiria Serviços Centrais com cerca de 5.000 metros de STP, cerca de 5.900 metros de habitação e 3.000 metros de comércio e serviços e que, neste momento, era a solução que estava em cima da mesa. Referiu que uma operação também já estudada do ponto de vista da viabilidade económica no final de 2019 e início de 2020, era uma operação que estava a ser construída, do ponto de vista jurídico, para um Concurso Público de alienação, prevendo a alienação deste solo e do antigo Ciclo Preparatório, onde estavam os Serviços Municipais e que dessa operação, com a avaliação existente do terreno do Terminal Rodoviário, o terreno do Estádio, do antigo Ciclo e ficando a Câmara com o edifício principal e restantes construções, esta operação poderia ir de 5 milhões a 8 milhões de euros, dependendo se a Câmara Municipal queresse ficar, ou não, com a sua posse no estacionamento com cerca de 434 lugares havendo assim uma diferença de 2,5 milhões a 3 milhões de euros no estudo económico e que teria de ser refeito porque as condições de mercado mudavam muito celeremente e teria de ser o mais próximo do lançamento do Procedimento. Do ponto de vista estratégico, a operação estava montada, do ponto de

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

vista jurídico estava trabalhada e a Câmara estava dependente da decisão do Tribunal Tributário. No meio destes acontecimentos, houve uma reunião com o Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais e era compreendido por todos que havia um erro da Autoridade Tributária porque não podia aceitar uma hipoteca sobre um Banco que tinha uma condição resolutive. Foi também percebido que, da parte da Autoridade Tributária, a *OBRIVERCA* não teria outro bem para substituir a hipoteca que tinha sobre esta parcela e que o cenário era que a Câmara municipal tinha um terreno com uma hipoteca de um terceiro e nem a Câmara podia permutar essa hipoteca com outro solo porque a mesma não tinha caído sobre a CMS. O Presidente disse que a decisão do Tribunal Tributário havia chegado na passada sexta-feira com um acórdão arrasador por parte da Autoridade Tributária e informou que hoje havia falado com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais dando nota de duas coisas: não fazia sentido que houvesse um recurso para os Tribunais Administrativos, o que seria estar a pôr em causa o interesse Público uma vez que o Serviço de Finanças Vila Franca de Xira tinha mantido a sua decisão de manter a hipoteca. Disse que aquilo que estava “em cima da mesa” seria a Câmara ter que pedir uma indemnização ao Estado Português. Salientou que entre o período passível de recurso, a CMS teria de aguardar alguns dias e que findo este período, se não houvesse recurso, o Procedimento que estava delineado seria tramitado. Disse ainda que cerca de 80% dos Serviços da Autarquia estariam concentrados nesse edifício e que neste momento estavam espalhados pela Vila de Sesimbra e que as contas às despesas dos arrendamentos representavam cerca de 300.000€ anuais e neste momento, estava-se também a fazer um levantamento dos encargos acessórios para se poder fundamentar o lançamento desse Procedimento. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que a questão colocada pelo Deputado Sérgio Faias poderia ser tratada numa próxima reunião de trabalho a nível do Relatório de Contas, com o esclarecimento do Presidente da Câmara para que se ficasse a conhecer esta realidade um pouco melhor. -----

-----Passando ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, “1.ª Revisão do Orçamento de 2021 e 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2021.”, disse que esta matéria tinha sido apresentada pelo respetivo Coordenador, o Deputado João Rodrigues, que com a sua leitura, havia entendido não ser necessária a realização de uma reunião com a respetiva Comissão. Essa posição foi também sublinhada por todos os elementos da Comissão, no sentido de compreenderem a importância desta Revisão e não haver a necessidade de uma explicação. -----

-----O **Deputado João Rodrigues** disse não ter questões a colocar e que tinha ficado esclarecido com os documentos rececionados. Tratando-se de uma incorporação do saldo de Tesouraria, não se justificava a realização de uma reunião para esclarecimentos. -----

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse estar a ver a convocatória da Sessão Ordinária da AMS de 08 de junho de 2020, em que o Ponto 2 seria a Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos, Prestações de Contas de 2019 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2019. O Deputado perguntou se esta questão da Aplicação do Resultado Líquido e de haver uma deliberação desta Aplicação que tinha sido prática nos outros anos, era um excesso de zelo ou, legalmente, a Assembleia Municipal estaria obrigada a fazê-lo. Questionou se o ponto hoje a deliberação se tratava de um Saldo ou um Resultado do Exercício anterior. Disse ainda que tinha um elemento da sua bancada que constituía a Comissão “5” e que não tinha sido consultado sobre a reunião da Comissão e que colocava esta questão, uma vez que a mesma não tinha reunido. -----

-----A **Presidente da AMS** disse julgar que o Deputado Sérgio Faias se estava a referir ao Deputado Pedro Mesquita e informou que os *mails*, normalmente, vinham devolvidos e que o Deputado deveria fazer uma aferição junto dos respetivos Serviços para poder ser acertado o respetivo *email* para uma possível comunicação. -----

-----O **Deputado João Rodrigues** disse ter dado a sua opinião mas que tinha submetido a mesma a todos os membros da Comissão e que no caso do Deputado Pedro Mesquita, o *email* tinha sido devolvido, com a informação que a sua caixa de correio estava cheia. -----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que informou que a Lei de Finanças Locais permitia desde 2013, através dos Fluxos de Caixa e antes do Relatório de Contas, integrar o Saldo de Gerência nas Contas do ano seguinte através da aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa no Órgão Executivo e no Órgão Deliberativo e não se tratava da discussão e votação do Relatório de Contas mas apenas a incorporação do saldo no ano corrente. Disse também que havia uma Legislação por via deste conjunto de Decretos Covid-19 que, inclusive, dizia que não era necessário ser passível de deliberação do Órgão Deliberativo do município, apenas retificação se houvesse urgência na inserção desse mesmo saldo. Referiu que o entendimento da Câmara tinha sido que deveria ser presente à Assembleia Municipal porque entretanto, havia 2 ou 3 rubricas criadas que tinham a ver com o suplemento de penosidade e insalubridade. Disse haver entendimentos jurídicos de que só deveria vir para notificação mês o entendimento da Câmara tinha sido de que não seria inserido o saldo, e uma vez que existiria uma rubrica nova no orçamento da despesa, não fazia sentido sem a aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que disse que, neste momento, os Fluxos de Caixa haviam sido o dinheiro com que se ficava no final do ano. Disse que a Câmara tinha ficado com 3.603.000€ em dinheiro e não queria dizer que viesse a ter um resultado positivo ou negativo e que isso tinha a ver

Ata nº 44 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

com a sua execução orçamental, ou seja, com as receitas e com as despesas e isso viria depois com a Prestação de Contas até ao final do mês de junho para depois ser aprovado. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **maioria, com 23 votos a favor (12 CDU + 7 PS + 2 PSD + 2 MSU) e 1 abstenção do BE**, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar a **1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – Atividades Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos do ano 2021**. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram zero horas e dez minutos do dia um de maio de 2021. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----